



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ-UESPI**  
**CAMPUS PROF. ANTONIO GIOVANI ALVES SOUSA**  
**BACHARELADO EM DIREITO**  
**RAMIRO RESENDE IBIAPINA**

**DIREITO AO ESQUECIMENTO: um debate essencial na pós-modernidade**

**PIRIPIRI**

**2025**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ-UESPI**  
**CAMPUS PROF. ANTONIO GIOVANI ALVES DE SOUSA**  
**BACHARELADO EM DIREITO**  
**RAMIRO RESENDE IBIAPINA**

**DIREITO AO ESQUECIMENTO: um debate essencial na pós-modernidade**

Monografia apresentada junto ao curso de Bacharelado em direito da Universidade Estadual do Piauí-UESPI Campus Antonio Giovane Alves de Sousa. Como requisito para aquisição de título de graduado  
Orientação: Prof. Dr. Milton Gustavo Vasconcelos Barbosa.

**PIRIPIRI**

**2025**

**CAMPUS PROF. ANTONIO GIOVANI ALVES DE SOUSA**  
**BACHARELADO EM DIREITO**  
**RAMIRO RESENDE IBIAPINA**

**DIREITO AO ESQUECIMENTO: um debate essencial na pós-modernidade**

Monografia apresentada junto ao curso de Bacharelado em direito da Universidade Estadual do Piauí-UESPI Campus Antonio Giovane Alves de Sousa. Como requisito para aquisição de título de graduado  
Orientação: Prof. Dr. Milton Gustavo Vasconcelos Barbosa.

APROVADA EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Milton Gustavo Vasconcelos Barbosa. (orientador)

---

Prof. Me. Mário Sérgio Gomes Nogueira Lima

---

Prof. Me. Leonardo José Feitosa Neiva

**PIRIPIRI**

**2025**

A construção da memória do passado se desdobra na construção de uma atenção ativa que permite intervir no presente histórico. (*Gagnebin, Jeanne Mari*)

A Deus e a minha família: Vera, Reginaldo, Maria Clara e a todos que anseiam viver livre da sombra das injustiças do passado.

## **AGRADECIMENTOS**

A princípio agradeço a Deus que me possibilitou a chegar até o fim desta pesquisa, embora tenha enfrentado diversas dificuldades conseguir chegar aos meus objetivos. A minha família também merece destaque, pois esteve comigo nos momentos mais complicados desse processo investigativo, destaco a figura de minha mãe Antônia Vera Lucia de Sousa Resende e de meu pai Reginaldo Ibiapina Martins e da minha irmã Maria Clara Resende Ibiapina. Agradeço também o orientador deste trabalho professor Milton Gustavo Vasconcelos pelas contribuições para o presente estudo.

## RESUMO

O presente trabalho tem como proposta estudar o Direito ao Esquecimento no Brasil através dos casos que foram pauta de julgamento nos tribunais superiores, ambos os casos foram objeto de exibição pelo programa Linha Direta da Globo Comunicação e Participações S.A. esses crimes tiveram sua repercussão na época em que ocorreram bem como também tomaram uma nova denotação após a simulação feita pelo programa, uma vez que esse processo se deu numa época diferente da qual os crimes ocorreram. A partir desses dois casos o debate sobre o Direito ao Esquecimento é ampliado no Brasil apesar de não ser legitimado no ordenamento jurídico o debate acerca do referido direito fora realizado em tribunais como STJ e STF. Esse trabalho tem como suporte a decisões que foram proferidas pelo STJ e STF, no caso Aída Curi foi julgado por ambos os tribunais que emitiram decisões semelhantes as quais foram desfavoráveis ao direito em estudo, por sua vez o caso Chacina da Candelária foi julgado até o momento apenas pelo STJ o qual emitiu decisão favorável ao Direito ao Esquecimento. Nas decisões cada caso foi analisado conforme as peculiaridades de cada crime e como cada exibição pelo programa Linha Direta impactou na vida das pessoas que estavam requerendo o Direito ao Esquecimento. Portanto percebe-se que apesar de não ser reconhecido constitucionalmente como um direito vigente no Brasil o debate sobre o Direito ao Esquecimento é essencial nos tribunais, pois a partir das discussões novos horizontes acerca do referido direito são definidos e ideias são aperfeiçoadas dentro do âmbito jurídico.

Palavras Chave: Direito ao Esquecimento, Liberdade de Expressão, Memória, Passado, Trauma.

## ABSTRACT

This paper aims to study the Right to be Forgotten in Brazil through cases that were the subject of judgment in the higher courts. Both cases were broadcast on the program *Linha Direta* by Globo Comunicação e Participações S.A. These crimes had repercussions at the time they occurred, as well as taking on a new meaning after the simulation carried out by the program, since this process took place at a different time from when the crimes occurred. Based on these two cases, the debate on the Right to be Forgotten has expanded in Brazil, despite the fact that the debate on this right was not legitimized in the legal system, and was held in courts such as the STJ and STF. This work is supported by decisions that were handed down by the STJ and STF. In the *Aída Curi* case, both courts issued similar decisions that were unfavorable to the right under study. In turn, the *Candelária Massacre* case has been judged so far only by the STJ, which issued a decision favorable to the Right to be Forgotten. In the decisions, each case was analyzed according to the peculiarities of each crime and how each broadcast on the *Linha Direta* program impacted the lives of the people who were requesting the Right to be Forgotten. Therefore, it can be seen that, despite not being constitutionally recognized as a right in force in Brazil, the debate on the Right to be Forgotten is essential in the courts, because from the discussions new horizons regarding the referred right are defined and ideas are improved within the legal scope.

Keywords: Right to be Forgotten, Freedom of Expression, Memory, Past, Trauma.



## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1. DIREITO AO ESQUECIMENTO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. DIREITOS DE PERSONALIDADE SOB A ÓTICA DO DIREITO AO ESQUECIMENTO.....</b>	<b>21</b>
<b>3. PUBLICIDADE E ALEGAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO BRASIL.....</b>	<b>29</b>
3.1 Chacina da Candelária.....	29
3.2 Caso Aída Curi.....	37
<b>Conclusão.....</b>	<b>46</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>48</b>

## INTRODUÇÃO

O esquecimento é um fenômeno natural do cérebro humano, na qual há a perda ou dificuldade de lembrar memórias que foram armazenadas anteriormente através de experiências vividas. As informações que são armazenadas no cérebro são de certa forma selecionáveis, existem eventos que ficam para sempre gravados na mente humana, por outro lado há acontecimentos que dada a sua relevância ou irrelevância são rapidamente excluídos da memória, a grande verdade é que homem sempre seleciona aquilo o qual quer lembrar, ou aquilo pelo qual ele quer ser lembrado.

Não se pode apagar a história o que está gravada nas páginas do passado, não se pode mais passar uma “borracha” e apagar as ações pretéritas que aconteceram e influenciaram a construção do curso natural da vida e da história de cada sujeito, porém deve-se considerar que os acontecimentos de outrora não podem ser determinantes de como a vida se desenvolverá no presente. Obviamente que o passado influencia o presente, mas não se pode usá-lo como mecanismo de julgamento no presente de modo que o ser humano tenha seu comportamento maculado.

No presente estudo desenvolve-se uma análise acerca do Direito ao Esquecimento e sua instituição no ordenamento jurídico brasileiro, dentro desse contexto se debate decisões acerca do referido direito no Brasil. Este trabalho teve como base de debate dois casos os quais tiveram ampla repercussão no cenário midiático nacional, uma vez que foram exibidos para todo país e com essa explanação se tornaram objeto de debate sobre o Direito ao Esquecimento, na qual os interessados buscaram exercer o referido direito. Ambos os casos tiveram decisões diferentes o que evidencia que o Direito ao Esquecimento pode ser debatido e pode ser concedido dependendo da situação a qual se queira tutelar.

Nota-se que ainda existe grande resistência em relação ao direito em debate, muitas discussões versam sobre o perigo o qual este direito pode causar, como, por exemplo, tentar invisibilizar acontecimentos essenciais para a história da sociedade brasileira. Deve-se considerar que a nossa democracia ainda é “jovem” se comparada com a de outros países, e ainda está num processo de consolidação, temos uma história marcada por rompimentos democráticos e regimes de exceção, então há de certa forma o medo de que o esquecimento abale o curso natural da história, nessa perceptiva a ministra Carmem Lúcia apresentar um argumento contrário a ideia de Direito ao Esquecimento:

Em um País de triste desmemória como o nosso, Presidente e Senhores Ministros, discutir e julgar o esquecimento, como direito fundamental, no sentido aqui adotado, de alguém poder impor silêncio ou até segredo de fato ou ato que poderia ser de interesse público, que é de relevância pública, pareceria – se existisse essa categoria

no Direito, e não existe - um desaforo jurídico para minha geração, porque o Brasil é um país pelo qual a minha geração lutou pelo direito de lembrar<sup>1</sup>

O voto da ministra versa sobre a importância de se preservar a memória no Brasil, uma vez que não se pode negar o passado controverso do país, nesse sentido a ministra aponta que o referido direito não existe e sua legitimação seria uma afronta ao sistema jurídico tendo em vista as lutas que foram travadas pelas liberdades individuais e coletivas, nessa perspectiva buscar silenciar assuntos de interesse público não faz sentido para um país como o Brasil.

O argumento apresentado pela ministra, de certa forma, é o que será seguindo pelo presente estudo, de modo que o interesse social sempre prevaleça em relação ao Direito ao Esquecimento, defende-se que demandas relacionadas ao interesse social não podem ser omitidas do conhecimento público, uma vez que a sociedade tem o direito de debater os fatos que fazem parte de sua história e que foram determinantes para constituir o atual estágio na qual esta se encontra, porém defende-se também que o passado não pode ser objeto de julgamento eterno já que o debate social é fundamental e todas as pessoas têm o direito de fazê-lo, no entanto julgamentos com o objetivo de atacar, ofender ou até mesmo aplicar uma nova penalidade a alguém não podem existir.

A metodologia aplicada para realização deste trabalho foi a análise de dois crimes que ocorreram no Brasil os quais os interessados pediram reconhecimento do Direito ao Esquecimento. O presente trabalho tem como objetivo geral estudar o Direito ao Esquecimento no Brasil através dos casos que foram pauta de julgamento nos tribunais superiores. E como objetivo específico o presente trabalho destaca o seguinte Entender a compatibilidade do direito ao esquecimento com a liberdade de expressão, analisar casos que foram objeto de discussão sobre Direito ao Esquecimento nos tribunais e compreender como a negativa do direito ao esquecimento pode afetar a dignidade da pessoa humana, e o direito a personalidade.

No primeiro capítulo é feita uma análise sobre a relação da Liberdade de Expressão e o Direito ao Esquecimento, na qual o debate sobre a Liberdade de Expressão se torna fundamental para se discutir o Direito ao Esquecimento de modo que cada direito possa ocupar seu espaço no ordenamento jurídico nacional, o segundo capítulo apresenta a proposta de estudar como o Direito ao Esquecimento pode ser um mecanismo o qual outros direitos podem ser garantidos como o Direito de Personalidade e proteção de dados, por sua vez no

---

1BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso extraordinário 1.010.606/RJ. Recurso extraordinário com repercussão geral. Caso Aída Curi. Direito ao esquecimento. Recorrente: Nelson Curi e outro(a/s). Recorrido: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/ A. Relator Min. Dias Toffoli, 11 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15346473757&ext=.pdf>> acesso em 14 de setembro de 2024.

terceiro é analisado dois casos que foram objeto de debate sobre o Direito ao Esquecimento, Caso Aída Curi e o caso da Chacina da Candelária.

Os dois casos que são referência para esse trabalho são crimes que foram veiculados pelo programa Linha Direita da emissora Globo Comunicação e Participações S.A. Os acontecimentos ficaram conhecidos como Chacina da Candelária e Caso Aída Curi ambos os casos foram objeto de debate no STJ, bem como também foram julgados no mesmo dia pela corte e tiveram decisões diferentes em relação ao Direito ao Esquecimento, ademais destaca-se que o caso Aída Curi também foi julgado pelo STF e a corte por sua vez, assim como o STJ, rechaçou o pedido de Direito ao Esquecimento feito pelos irmãos da vítima, dessa forma ressalta-se que são crimes com perspectivas diferentes, cada um com suas particularidades as quais são avaliadas para a concessão do referido direito que aqui está sendo debatido.

## **CAPÍTULO I**

### **DIREITO AO ESQUECIMENTO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

Nesse capítulo inicial se estabelece um estudo acerca do Direito ao Esquecimento e a Liberdade de Expressão, na qual há um debate de conceitos de modo a buscar compreender como ambos os direitos podem ser estabelecidos dentro de um mesmo ordenamento jurídico, uma vez que se percebe que se tem uma visão a qual um direito consequentemente limita o outro, porém nenhum direito é absoluto de modo que ambos podem ser instituídos e conviverem dentro dos parâmetros legais.

A liberdade de expressão é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal é um direito típico dos regimes democráticos, na qual todos os indivíduos têm o direito de expressarem livremente sobre os mais diversos assuntos que permeiam a sociedade, seja ele do passado do presente ou do futuro. Nas democracias a liberdade de expressão é essencial para sua consolidação a livre proliferação de ideias é fundamental para a cristalização dos ideais democráticos.

O artigo 5º da CF/88 inciso IX destaca o seguinte: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (BRASIL, 1988) a constituição veda a censura permitindo todos os tipos de manifestações, na qual todos os sujeitos podem expressar e formular ideias e opiniões e usá-las para influenciar outras pessoas, desde que estas não atentem contra os direitos de outrem. Dentro do contexto democrático, consolidar esses direitos é essencial para o debate em sociedade, haja vista que a Constituição de 1988 surge em um período de redemocratização, e naquele momento fortalecer essas liberdades era essencial para consolidar os preceitos democráticos em nossa sociedade. Acerca da liberdade de expressão JÓNATAS E. M. MACHADO aponta o seguinte:

A doutrina constitucional costuma debruçar-se sobre alguns objectivos fundamentais, como sejam, entre outros, a procura da verdade, a garantia de um mercado livre das ideias, a participação no processo de autodeterminação democrática, a protecção da diversidade de opiniões, a estabilidade social e a transformação pacífica da sociedade e a expressão da personalidade individual (MACHADO, 1996, P.217 apud TAVARES, P.617)

Conforme destacado acima, a liberdade de expressão busca assegurar aspectos como a veracidade das informações que são veiculadas para a sociedade com o objetivo de formar a livre proliferação de opiniões bem como sua diversidade, de modo que cada sujeito não seja impedido de produzir conhecimento, nem de expressá-lo dentro da conjuntura social na qual está inserido, pois estes mecanismos agem na formação da personalidade individual

constituindo a consolidação da memória de um povo, que preservará fatos do presente para a posteridade.

No que tange a questão da veracidade do que é veiculado, as fontes devem ser comprovadas de modo que informações inverídicas não influenciem o imaginário social constituindo um problema de desinformação, consequentemente produzindo prejuízos individuais ou coletivos, nesse contexto, o que é divulgado na grande mídia deve ser seguido da devida fonte que confirme a autenticidade do dado que está sendo divulgado, de modo que o direito a livre expressão seja exercida de forma plena.

No que se refere a garantia do direito a liberdade de expressão devemos considerar o direito de informar, de se informar e de ser informado, de modo que as informações que são de interesse social estejam ao alcance de todos os indivíduos sem restrições como aponta Fábio Vinícius Maia Trigueiro:

Dentre os direitos que se filiam na liberdade de expressão, em sua dimensão subjetiva, destacam-se o direito de expressar o pensamento e outras manifestações pessoais; a trilogia de direitos vinculados à liberdade de informação (direitos *de informar*, *de se informar* e *de ser informado*) e a liberdade de imprensa. (TRIGUEIRO, 2016, P.62)

Como destacado acima a livre expressão se manifesta em formas como a formação de pensamento, bem como manifestações subjetivas de cada indivíduo, ou seja, não existe uma forma específica para o exercício do referido direito nem uma maneira única de manifestar a sua expressão, nessa perspectiva a liberdade de informação deve ser destacada sob a ótica da forma como é divulgada, que no caso seria a livre imprensa, na qual os meios de comunicação tem liberdade para veicular informações e formar opiniões acerca de determinado assunto.

Convém destacar que a livre imprensa exerce seu poder de informação transmitindo informações em larga escala, inclusive, dentro de uma sociedade estabelecer essa liberdade para imprensa traz segurança para os cidadãos que podem fazer o uso de sua liberdade para denunciar eventuais abusos ou violações de direitos que podem sofrer. A livre imprensa atua na disseminação de ideias e opiniões reproduzindo não apenas informações do tempo presente mas também fatos passados que fazem parte do contexto histórico e social de um povo.

Dentro dessa perspectiva o passado pode ser reproduzido no presente se tornando um assunto de debate contemporâneo o que causa um dilema em muitas situações na qual comportamentos do passado não se encaixam mais na perspectiva do presente momento, nesse sentido, pessoas ou mesmo grupo de pessoas podem se sentir afetadas por esse tipo de reprodução, uma vez que isso se reproduz num momento em que as formas de percepção de mundo de cada indivíduo já é diferente.

Em relação a forma como a imprensa publica as notícias deve ser motivo de debate, uma vez que muitos programas televisivos tendem a divulgar informações de forma sensacionalista com o único objetivo de garantir audiência e sem nenhum tipo receio com o que pode acontecer com os titulares das informações que estão sendo veiculadas, situação que pode marcar negativamente a vida de alguém, bem como dos familiares.

Nessa perspectiva, uma notícia divulgada de forma errada pode trazer um constrangimento injusto para alguém, uma vez que a sociedade faz seu juízo de valor, fazendo seu próprio julgamento que na grande parte das vezes, apesar de não ser válido é injusto, mesmo que o judiciário absolva o indivíduo, sua imagem pode ficar para sempre associada a algo que a pessoa não cometeu.

O papel dos veículos de informação é de suma importância para uma democracia, nesse contexto a instituição do Direito ao Esquecimento pode ter uma certa resistência pelo fato de historicamente o Brasil ter passado por períodos antidemocráticos na qual havia limitação da liberdade de expressão, porém a instituição do Direito ao Esquecimento em determinados casos em que há adequação se pode fazer justiça e fortalecer a democracia, uma vez que isso seria a garantia de mais um direito que poderia ser fundamental para evitar que pessoas sejam injustiçadas.

Mas nesse sentido a livre liberdade de expressão não significa que todo de tipo de pensamento é lícito e pode ser proliferado, opiniões podem ser limitadas a depender do seu conteúdo como pensamentos discriminantes, bem como também que expressam ódio, ou seja, não é um direito irrestrito como pontua João Alexandre Silva Alves Guimarães, Ana Júlia Silva Alves Guimarães:

Com efeito, a liberdade de expressão, tal como se verifica com todos os demais direitos, não se mostra absoluta ou liberada de qualquer limite, devendo conviver com outros direitos igualmente vinculados à proteção da personalidade e advindos do imperativo de dignidade humana, a fim de que estes também encontrem espaço para a sua realização. (GUIMARÃES, GUIMARÃES, 2021, P21)

Como pontuado acima a liberdade de expressão além de ser respeitada deve resguardar outros direitos como a dignidade da pessoa humana a personalidade e a intimidade, de modo que nenhum indivíduo possa ter esses direitos afetados, ou seja, a liberdade de expressão não é um direito irrestrito de sanções podem haver limites na sua utilização, principalmente nos dias atuais na qual as plataformas digitais proliferam opiniões e informações de forma imediata sem que haja na maioria das vezes a checagem de sua veracidade.

Nessa perspectiva em que temos uma sociedade na qual a difusão de informações é imediata os riscos aos direitos de personalidade estão cada vez mais em voga, e estabelecer mecanismos de proteção é essencial para a garantia de direitos, uma vez que estamos diante

de um contexto fático em que a proliferação de dados pode fugir do controle de seu titular, estamos diante de uma realidade nunca antes vista, nesse sentido Norberto Bobbio aponta o seguinte:

os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas (BOBBIO, 2004, P.9)

Os direitos são conquistados ao longo do tempo através de contextos sociais diferentes, uma vez que cada época tem sua verdade e sua forma de pensamento, dessa forma não podemos desconsiderar o caráter histórico da conquista de direitos, uma vez que toda ordem social produz conceitos próprios de como aquele espaço será regido, grupos sociais sempre estão em constante luta por direitos, as subjetividades são diversas nas sociedades atuais e cada uma com suas necessidades e anseios, nessa perspectiva novos direitos surgem, e velhos direitos são abolidos ou adequados para uma nova realidade social, esse é um processo natural de toda sociedade que busca integrar suas normas jurídicas à realidade social vigente.

Dentro desse debate de avanço de direitos e do surgimento de novas mentalidades, que exigem direitos e conquistas sociais novas, deve-se estabelecer novos parâmetros sobre como esses direitos serão implantados na ótica jurídica de um estado, ainda mais quando o debate versa sobre a ideia do esquecimento um processo complexo quando nos deparamos numa perspectiva na qual tentamos, inclusive, forçá-lo, uma vez que o esquecimento é um processo que pode acontecer naturalmente, porém forçar esse processo talvez seja uma forma de reforçar a memória ainda mais quando ele se torna um direito.

O Direito ao Esquecimento pode garantir aos seus postulantes proteção, uma vez que a divulgação indiscriminada de informações muitas vezes é justificada como um direito a liberdade de expressão, situação na qual o direito é usado para prejudicar terceiros como assevera Magno Gomes de Oliveira: “o direito ao esquecimento busca justificação a partir da necessidade de proteção da personalidade contra eventuais abusos praticados no ambiente da Internet, e a pretexto de serem meras emanções da liberdade de expressão e informação” (OLIVEIRA, 2022, P.234). Como destaca o autor o Direito ao Esquecimento pode exercer proteção aos eventuais abusos que são cometidos no ambiente virtual, na qual pessoas usam o direito a liberdade de expressão para atacar terceiros.

René Dotti define Direito ao Esquecimento da seguinte forma: “faculdade de a pessoa não ser molestada por atos ou fatos do passado que não tenham legítimo interesse público. Trata-se do reconhecimento jurídico à proteção da vida pretérita, proibindo-lhe a revelação do nome, da imagem e de outros dados referentes à personalidade” (DOTTI, 1998, P. 300) o



referido autor apresenta aspectos que se buscam proteger com o Direito ao Esquecimento, de modo que o passado não seja um tormento para o presente de alguém, uma vez que com o decurso do tempo situações pretéritas podem não serem mais relevantes para a sociedade, nesse caso não há necessidade de ficar debatendo esse fato.

Como destacado anteriormente o esquecimento enquanto fenômeno de não lembrar de atos do passado pode ocorrer de forma natural, na qual não há mais lembranças de vivências pretéritas e as memórias vão se apagando espontaneamente, por outro lado o esquecimento pode ser um fenômeno forçado na qual há uma tentativa de apagar o passado da memória, de modo que as lembranças possam desaparecer da própria memória do indivíduo ou da memória da sociedade, uma vez que essas lembranças não constituam um juízo de valor em relação a determinada pessoa.

Segundo Ivan Izquierdo esquecer é algo voluntário que pode ser feito de forma seletiva na qual o sujeito escolhe aquilo que quer esquecer e o que quer lembrar o referido autor assevera o seguinte: “esquecer ou, pelo menos, reprimir ou extinguir a ponto de não conseguir lembrar mais certas memórias dolorosas, é em boa medida um ato voluntário. Podemos decidir esquecer, ou pelo menos “escantear”, memórias que decididamente não nos convêm. Somos atores dessa arte” (IZQUIERDO, 2010, P.121) então a partir dessa lógica é natural fazer o esforço para esquecer lembranças do passado, o homem enquanto detentor de suas memórias pode decidir o que deve ou não ser lembrado, obviamente que essa técnica não é garantia de esquecimento, inclusive, pode ser um mecanismo de reavivamento dessas memórias a luta incessante para esquecer o passado pode fazer com que as lembranças se tornem sempre presentes.

Na atual conjuntura apagar o passado é um processo complexo, pois vivemos um estágio tecnológico, na qual o acesso as informações foi significativamente ampliado, então o esquecimento se torna quase que impossível, seja de forma natural ou forçada, uma vez que no primeiro caso a memória acerca do passado sempre está sendo ativada, na segunda situação as informações estão sendo veiculadas por diversos meios de comunicação como a internet que torna esses dados acessíveis ao público.

Na perspectiva desse avanço tecnológico que se presencia dentro do atual estágio de nossa sociedade, a noção de esquecimento se transforma numa realidade de certa forma complexa, pois os dados se espalham pela rede mundial de computadores, e estabelecer um controle constitui um fator quase que impossível, dessa forma André Brandão Nery Costa aponta o seguinte:

o equilíbrio existente na memória entre lembrança e esquecimento alterou-se radicalmente em razão do desenvolvimento tecnológico e sua impregnação em todos os campos da vida. A regra hoje é a recordação dos fatos ocorridos, enquanto,

curiosamente, esquecer se tornou a exceção, cada vez mais difícil de se concretizar no mundo digital, invertendo-se - talvez inevitavelmente - o mencionado equilíbrio. (COSTA, 2013, P. 206)

Conforme destacado estamos diante de uma realidade inevitável, não há como impedir o avanço tecnológico e dentro desse contexto esquecer se tornou uma “exceção” e lembrar seria uma espécie de regra na qual todos estamos sujeitos, haja vista que o esforço para esquecer talvez seja “inútil” diante de tamanha preservação de informações pretéritas na era digital a qual vivemos, nesse sentido estabelecer um Direito ao Esquecimento pode gerar conflito diante da nova era tecnológica que estamos presenciando. Num outro contexto em que os meios de comunicação eram limitados esquecer algo era um processo de certa forma mais natural já que não havia a constante lembrança do fato que se queria esquecer.

O grande cerne da questão está ligado ao que deve ou não ser divulgado na grande mídia, dentro desse contexto o discernimento sobre o que é de interesse público ou privado deve prevalecer, fazendo com que abusos com a imagem de outrem seja evitado. Convém destacar que a filtragem do que deve ou não ser divulgado é fundamental para fatos recentes, bem como também para casos que aconteceram há anos, pois embora sejam verdadeiros não seriam lembrados caso a internet não se encarregasse de divulgá-los.

No que se refere a liberdade de expressão ser garantida constitucionalmente não significa que este direito seja absoluto, e que possa ser usado como escudo para disseminar ideias que possam afetar direitos de outrem. Esse contexto da liberdade de expressão bem como da livre proliferação de informações, fazem com que fatos do passado voltem para o presente de forma inesperada e sejam divulgados sem que haja uma prévia autorização dos titulares das informações ou de quem é diretamente interessado e influenciado pela informação, dessa forma surgem debates acerca do que pode ou não ser falado ou até mesmo lembrado, de modo que a liberdade de expressão deve ser respeitada.

Pessoas que por ventura possam ter algum tipo de conflito com o seu passado muitas vezes são atingidas quando esses fatos pretéritos surgem no presente causando constrangimento, angústia ou até mesmo fazendo a pessoa reviver um passado que estava inerte na qual o indivíduo já constituiu uma personalidade diferente de outrora. Nesse caso muitos sujeitos buscam proteção no Direito ao Esquecimento a fim de evitarem serem perseguidos pelo resto da vida por fatos que cometeram ou que sofreram no passado.

O Direito ao Esquecimento apresenta-se em duas vertentes que apresentam a perspectiva do ofensor e do ofendido, cada uma se compreende num contexto subjetivo de determinada pessoa em que práticas ilícitas, na qual indivíduos que cometeram algum crime podem querer apagar essa mancha do seu histórico social, e praticas traumáticas na qual

pessoas que sofrem algum tipo de dano preferem não lembrar do passado, temos dentro dessas duas situações, uma busca que cada sujeito faz para se desvencilhar das memórias pretéritas.

Mas dentro do debate social a relação entre Direito ao Esquecimento e liberdade de expressão se torna conflituosa, pois a partir do momento em que fatos passados surgem no presente e afetam outras pessoas o exercício da liberdade de expressão culmina num entrave no que se refere aos direitos de personalidade e intimidade, de modo que o fatos que foram cometidos outrora reflitam diretamente no atual estágio da vida de alguém, como destaca Renata Lourenço Pereira Abrão:

Concebeu-se o Direito ao Esquecimento como direito independente, tutela da memória individual e da memória coletiva. Trata-se também de direito fundamental e essencial ao livre e pleno desenvolvimento da personalidade humana, consistente no direito de não ter sua intimidade e memória pessoal revividas e relembradas a todo instante por força da vontade de terceiros.(Abrão, 2020, P.31-32)

De acordo com a autora citada acima, o Direito ao Esquecimento busca proteger tanto a memória individual quanto a coletiva, de modo que os sujeitos que são influenciados diretamente pelas memórias do passado possam desenvolver sua plena personalidade no atual estágio de vida que se encontram, na qual seja assegurado que o passado não determine a forma como os indivíduos viverão, pois nesse caso o direito a intimidade deve ser protegido, se um determinado assunto é de caráter pessoal é plausível que o titular busque proteção.

Dentro dessa perspectiva não é plausível que um fato que só diz respeito à minha vida privada seja lembrado eternamente por terceiros de forma indiscriminada, como se a coletividade tivesse controle sobre a vida particular das pessoas, segundo Fábio Calheiros do Nascimento “o fundamento do direito ao esquecimento está no uso alheio de um fato envolvendo uma pessoa num contexto em que, em decorrência do tempo, já não mais representa aquela pessoa na sociedade” (CALHEIROS, 2016, P.436) como assevera o referido autor o tempo molda os sujeitos em aspectos como pensamentos e comportamentos, nesse sentido determinado acontecimento do passado pode não representar o que indivíduo se tornou no momento presente, dentro desse debate promover a proteção de informações pessoais é fundamental para que terceiros não as usem de forma indevida.

Acerca dessa questão, a concepção social do fato deve considerar-se conforme a situação específica, caso determinado fato seja de relevância social, a sociedade deve ter o direito de debater o assunto e criar sua própria percepção do fato, haja vista que o direito a informação não pode ser restringindo, porém defende-se nessa pesquisa que o debate não pode transcender os valores democráticos de modo a penalizar novamente o autor do fato, ou seja, as informações devem ser veiculadas para que a sociedade tenha conhecimento e possa

fazer seu juízo de valor acerca do caso, nesse contexto Renata Loureço Pereira Abrão aponta o seguinte:

Quando se discute o direito ao esquecimento percebe-se que há casos em que é justamente a disposição de determinada notícia por tempo indeterminado que vem a ensejar a responsabilização civil dos envolvidos na divulgação. Casos como esse são cada vez mais recorrentes na era da internet, onde as informações, sejam elas quais forem, podem ficar disponíveis *ad aeternum*, bem como podem ser acessadas, manipuladas ou compartilhadas por qualquer pessoa com absurda facilidade. (Abrão, 2020, P. 101)

A citação acima descreve o motivo de muitas pessoas recorrem ao Direito ao Esquecimento que seria a disponibilização das informações por tempo indeterminado, fazendo com que fatos sejam eternos e seus titulares sejam sempre lembrados e julgados ao longo das gerações, muitas vezes com julgamentos fora de contexto, uma vez que as pessoas têm uma disposição a fazerem julgamentos com a mentalidade no atual momento em que se encontram, com o advento da internet as informações podem ser acessadas por quaisquer pessoas e manipuladas conforme seus interesses fazendo com que o titular da informação não tenha controle do que está sendo veiculado ao seu respeito.

O Direito ao Esquecimento como direito subjetivo nos mostra uma perspectiva na qual o titular do passado busca apagá-lo de sua memória, bem como também da memória da sociedade, de modo que o julgamento social não se torne eterno, e que relações sociais não sejam prejudicadas, nesse contexto, Bezerra Júnior define direito ao esquecimento da seguinte forma: “direito subjetivo de reagir contra a injustificada utilização de fatos pretéritos, desprovidos de interesse público ou relevância social, com aptidão para malferir, de forma relevante, direitos da personalidade” (BEZERRA JUNIOR, 2018, P.957 apud WAGNER, VERONESE, 2022, P.42) o referido autor nos apresenta em seu conceito dois pontos importantes interesse público e relevância social, nesse caso fatos que são relevantes para a sociedade não devem ser manipulados pelo Direito ao Esquecimento, dessa forma é evidente que em relação a situações as quais correspondem apenas ao direito individual do sujeito o Direito ao Esquecimento pode ser alegado, uma vez que nessa situação a sociedade não sofrerá prejuízos informacionais.

Nesse contexto, existe uma relação conflituosa entre o Direito ao Esquecimento e o passado, uma vez que o uso indevido do direito pode modificar informações essenciais para a escrita da história e até mesmo limitar fontes essenciais para a compreensão do passado, ou seja, não pode ser permitido que o direito ao esquecimento interfira no curso natural da história ou modifique-a prejudicando o acesso à informação as gerações futuras, nessa

perspectiva o direito ao esquecimento pode apresentar-se maléfico para a sociedade. Dentro dessa perspectiva Cíntia de Lima assevera o seguinte:

um direito autônomo de personalidade através do qual o indivíduo pode excluir ou deletar as informações a seu respeito quando tenha passado um período de tempo desde a sua coleta e utilização e desde que não tenham mais utilidade ou não interfiram no direito de liberdade de expressão, científica, artística, literária e jornalística. (LIMA, 2014, P.77)

Como destacado acima a autora apresenta pontos essenciais para o debate do Direito ao Esquecimento não nega que o referido direito existe, porém considera que o mesmo não pode afetar direitos como a liberdade de expressão, científica, artística, literária e jornalística, nesse sentido o que se deseja esquecer não pode mais ser relevante a ponto de interferir em outros direitos, nesse caso deve-se selecionar o que pode ser esquecido, uma vez que com o decorrer do tempo as informações passadas podem não ser mais relevantes para um contexto presente e nem para o futuro.

Nesse sentido André Brandão Nery Costa aponta o seguinte “controlar como tais informações são organizadas e o contexto em que disponibilizadas, sem que isso implique alteração da história” (COSTA, 2013, P. 206) conforme destacado é essencial que seja analisado de forma criteriosa aquilo que se busca esquecer de modo que a sociedade não sofra prejuízos informacionais, uma pessoa não pode simplesmente querer apagar seu passado, uma vez que deve ser considerado como tal fato influenciou a sociedade naquele determinado momento e que implicações aquilo teve pro futuro, dessa forma deve-se haver um estudo consistente para que haja a instituição do referido direito de modo que este que não se torne um problema para a sociedade.

A questão problemática do Direito ao Esquecimento está ligada à sua adequação no mesmo ordenamento jurídico com a liberdade de expressão, uma vez que no cerne do debate considera-se uma relação conflituosa de modo que o primeiro pode tentar limitar o segundo dentro daquilo que pode ser exposto ao público. Na atual conjuntura brasileira o tema já foi objeto de debate no STF o qual rechaçou a possibilidade de existência de um Direito ao Esquecimento, decisão que será estudada em capítulos posteriores deste trabalho.

## CAPÍTULO II

### DIREITOS DE PERSONALIDADE SOB A ÓTICA DO DIREITO AO ESQUECIMENTO

O Direito ao Esquecimento pode ser um direito usado como garantia para assegurar outros direitos fundamentais para constituição da subjetividade humana, como os direitos de personalidade e proteção de dados, neste capítulo este debate entrará em pauta, uma vez no atual estágio da sociedade a proteção desses direitos é essencial para que cada sujeito consiga ter vida social plena sem que esta seja manipulada por fatos do passado.

O direito a personalidade é assegurado pelo Código Civil brasileiro descrito no art. 11 na qual aponta que o referido direito é irrenunciável e intransmissível assegurando dessa forma a proteção da personalidade de modo que cada sujeito possa ter liberdade para constituir sua personalidade sem “restrições” (BRASIL, 2002), porém essa norma não é absoluta o direito a personalidade pode ser limitado desde que temporariamente como aponta o enunciado 4 do Conselho de justiça federal: “O exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral”<sup>2</sup> nesse contexto o indivíduo pode se dispor do referido direito, mas de forma temporária de modo que com o decurso do tempo ele volte gozar de forma plena do seu direito.

A construção da personalidade se desenvolve dentro de um contexto social na qual o sujeito está inserido, uma vez que cada sociedade carrega consigo uma verdade que molda as formas como cada sujeito age diante de determinada situação, dessa forma fatores como cultura, economia, trabalho, religião, contatos sociais dentre outros são determinantes para desenvolver a forma de pensar e as manifestações individuais de cada pessoa, nessa perspectiva desenvolver a personalidade de forma plena sem amarras do passado deve ser assegurado para todo indivíduo, haja vista que os direitos da personalidade surgem com a concepção do ser humano, a partir desse momento o homem já tem direitos protegidos como afirma Maria Helena Diniz:

Os direitos da personalidade são *necessários e inexpropriáveis*, pois, por serem inatos, adquiridos no instante da concepção, não podem ser retirados da pessoa enquanto ela viver por dizerem respeito à qualidade humana. Daí serem *vitalícios*; terminam, em regra, com o óbito do seu titular por serem indispensáveis enquanto viver, mas tal aniquilamento não é completo, uma vez que certos direitos sobrevivem. (DINIZ, 2012, P.136)

---

2 BRASIL, Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. I Jornada de Direito Civil. **Enunciado n. 4** . Coordenador Geral Ruy Rosado de Aguiar Júnior. Brasília, 2002. Disponível em <<https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/i-jornada-de-direito-civil.pdf/view>> acesso em 01 de setembro 2024.

Como afirmado acima os direitos de personalidade são inerentes a pessoa humana e deles não se pode renunciar, pois são direitos essenciais para constituição da vida do indivíduo, convêm destacar que apesar dos direitos de personalidade serem vitalícios não necessariamente cessam com a morte, uma vez que certos direitos do morto, como imagem e honra, também são preservados, de modo que um legado seja resguardado perante a memória do indivíduo bem como também da família, uma vez que, esta, guarda consigo lembranças do seu familiar falecido.

Nesse contexto todo ser humano tem direito de defender o seu direito de personalidade, caso se sinta ofendido como aponta Maria Helena Diniz “O direito da personalidade é o direito da pessoa de defender o que lhe é próprio, como a vida, a identidade, a liberdade, a imagem, a privacidade, a honra etc.” (DINIZ, 2012, P.135-136), esses direitos de personalidade destacados pela referida autora são direitos fundamentais positivados na constituição federal de 1988 deixando evidente que são intrínsecos ao ser humano e além de serem assegurados por dispositivos constitucionais também são positivados em legislações infraconstitucionais de modo que todos os sujeitos podem fazer uso desses dispositivos para se protegerem de eventuais abusos.

O artigo 17 do Código Civil apresenta em sua redação uma argumentação que versa acerca do nome da pessoa, na qual este é protegido contra qualquer tipo de constrangimento que possa está atrelado ao nome do indivíduo nesse contexto o dispositivo deixa evidente que mesmo que não haja a intenção de constrangimento a publicação ou representação não pode acontecer, como descrito a seguir: “O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória” (BRASIL, 2002) o referido artigo é essencial para assegurar que não haja publicações sem a devida autorização do titular do nome protegendo, dessa forma, o anonimato, uma vez que nenhum sujeito é obrigado ser uma figura pública, nesse contexto o Direito ao Esquecimento pode ser uma ferramenta que pode sanar uma eventual publicação inadequada relacionada a alguém, e impedir que determinada divulgação seja eterna.

O debate acerca do Direito ao Esquecimento não tem, necessariamente, a garantia de que a sociedade vai esquecer determinado fato, já que a memória é seletiva e determinado grupo social seleciona o que quer lembrar ou o que deseja esquecer. Conforme pontua Marilena Chauí “A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi salvando-o da perda total” (CHAUÍ, 1992, P.125) a memória tem o poder de fazer com que o passado não se perca, porém dentro do debate sobre o Direito ao Esquecimento não se busca fazer com que as pessoas esqueçam o passado, mas que elas não usem passado como mecanismo de julgamento eterno.

Nessa perspectiva do conceito de memória não se pode fazer com que as pessoas esqueçam do passado, o próprio autor do fato não vai ter sua memória deletada, mas o que deve ser considerado é que a memória não pode ser utilizada para fazer julgamentos até porque guardada as devidas proporções conceituais a Constituição Federal veda penas de caráter perpétuo<sup>3</sup>, ou seja ser lembrado eternamente por um fato do passado poderia configurar uma espécie de “pena perpétua” pois o indivíduo estaria em constante conflito com o seu pretérito e até mesmo aprisionado mentalmente ao passado.

Segundo Lara Fernanda Alves Vieira o Direito ao Esquecimento não é estranho aos direitos de personalidade na qual este constitui também um direito de personalidade, uma vez que esses direitos são abertos e a todo momento com o avanço social pode ocorrer de surgir um novo direito de personalidade:

O direito ao esquecimento aglutina-se com um rol de direitos da personalidade como o direito à própria imagem, o direito à privacidade e à intimidade. Essa amálgama dos bens jurídicos tutelados pela carta de direitos da personalidade com o direito ao esquecimento é reforçada pelo pensamento majoritário brasileiro de que a tipicidade dos direitos da personalidade assenhora-se de aceção aberta (VIEIRA, 2020, P.45)

Dessa forma dentro desse contexto do surgimento de direitos, debater o Direito ao Esquecimento é essencial dentro do âmbito democrático ainda mais em tempos na qual o controle de informações está cada vez mais complexo, diante desse contexto negar ao menos o debate desse direito pode trazer prejuízos para sociedade, não se pode afirmar que não é um direito controverso, mas diante de um contexto em que os avanços sociais e subjetividades diversas o Direito ao Esquecimento pode ser debatido e inserido no ordenamento jurídico brasileiro obviamente com as devidas ressalvas para que outros direitos não sejam atingidos.

No contexto da nossa sociedade atual que tem meios de comunicação e divulgação de informações diversos, faz com que determinados acontecimentos sejam guardados e registrados de forma eterna para gerações futuras fazendo com que a memória seja contínua, uma vez que é comum esta ser estimulada por registros do passado um fato que aconteceu há anos pode ter caído no esquecimento, porém pode ser lembrado no momento presente caso alguém tenha acesso às matérias antigas de sites da internet, nessa perspectiva o artigo 7º inciso X da Lei 12. 965/2014<sup>4</sup> aponta o seguinte:

Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos: X - exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, a seu requerimento, ao término

<sup>3</sup> Artigo 5º inciso XLVII alinéa B “não haverá penas: b) de caráter perpétuo”; nesse caso em relação ao Direito ao esquecimento ser lembrado eternamente por crimes cometidos pode ensejar uma espécie de pena eterna, pois o sujeito não consegue se desvencilhar do passado, o acontecimento pretérito sempre estará em voga o que pode ocasionar, inclusive que o indivíduo consiga se reinserir na sociedade. obviamente que memória não é sinônimo de pena, mas a partir do momento que o passado constitui um trauma esquecê-lo é uma espécie de alento para seguir o curso natural da vida.

<sup>4</sup> A lei 12. 965/2014 é considerada o Marco Civil da internet no Brasil, uma vez que tem por objetivo regulamentar o uso da internet no país bem como a proteção de dados pessoais.



da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei e na que dispõe sobre a proteção de dados pessoais; (BRASIL, 2014)

O artigo citado anteriormente assegura a exclusão e proteção de dados pessoais que tiverem disponíveis na internet, estabelecendo direitos e garantias aos usuários da internet, inclusive, a exclusão definitiva de informações pessoais da internet. A referida lei apresenta um importante avanço no que diz respeito a informações particulares de modo que dados pessoais não sejam eternizados em sites da internet, deve-se destacar que a lei não versa sobre Direito ao Esquecimento, porém seu destaque é essencial para o debate da temática, uma vez que tem por objetivo proteger informações particulares, e dentro do contexto do Direito ao Esquecimento a proteção de dados é fundamental para sua constituição.

Com o advento das redes sociais cada sujeito tem sua conta e publica fotos, vídeos e informações suas sem nenhum um tipo de restrição, porém muitos pais tendem a fazer contas em redes sociais para os filhos e lá publicam conteúdos relacionados à criança, porém deve-se considerar como essa criança encarará essas publicações no futuro, uma vez que elas constituirão sua própria personalidade, o futuro adulto podem rechaçar essas publicações, haja vista que ele nem tinha consciência do que estava sendo postado, então esse tipo de situação poderia ser objeto de Direito ao Esquecimento.

A internet nos dias atuais permite o compartilhamento imediato e ilimitado de informações muitas dessas podem ser confidenciais e estão se tornando públicas através da rede mundial de computadores. Nessa perceptiva estabelecer o que é público ou privado é essencial para que haja um controle do que dever ser proliferado na rede mundial de computadores, nesse sentido Melina Ferracini de Moraes aponta o seguinte:

O espaço público pode ser considerado aquele ambiente em que a acessibilidade a informações funciona de uma maneira universal. Todos que acessam ou entram em contato com esse espaço conseguem informações a respeito de qualquer conteúdo, inclusive de si próprios. (MORAES, 2016, P.103)

Conforme destacado acima o espaço público é um ambiente na qual as informações estão disponíveis de forma universal sem restrições, ou seja cada indivíduo pode acessá-las sem nenhum tipo limitação e dentro desse contexto os meios de comunicação exercem o papel de disseminação desses conteúdos disponíveis, na atualidade a internet configura-se como o principal meio de difusão de informações e isso se faz, principalmente, por meio de sites e redes sociais instrumentos que estão ao alcance de quase todas as pessoas.

Por sua vez o espaço privado parte de uma perspectiva na qual o indivíduo tem controle das suas próprias informações, mantendo-as no sigilo ou ao alcance de um

determinado grupo de pessoas, que pode ser, por exemplo, a família do titular dos dados, então o espaço privado tem por objetivo a preservação das informações de modo que ela não fique disponível ao alcance do público em geral, ou seja o titular das informações deve ter o controle daquilo que ele quer manter privado e daquilo que pode ser público ao seu respeito, e mesmo que o indivíduo torne um dado seu público isso não significa que qualquer pessoa possa usá-la de forma indiscriminada.

O que tem sido muito utilizado nos dias atuais para garantir o Direito ao Esquecimento é a desindexação de links na qual o nome da pessoa é desvinculado da matéria de modo que se alguém digitar o nome do indivíduo não aparecerá resultados vinculados aquele fato que ele cometeu no passado, porém esse mecanismo não é garantia de sigilo total da informação, pois como destacado ele desvincula os resultados da busca na internet, porém se alguém tiver o link da matéria ele conseguirá acessá-la e ver o nome dos envolvidos na íntegra como afirma a professora e pesquisadora Julia Powles<sup>5</sup> em entrevista a Internetlab<sup>6</sup>:

O ponto é que uma pessoa que faz o pedido de delistagem tem seu nome numa matéria, e os nomes não são removidos da matéria, [mas sim] removidos do índice do Google quando você procura pelo nome. Então se você olhar a notícia, digitar o URL e digitar cada nome na matéria, você revelará quem a pessoa é.<sup>7</sup>

Nesse sentido a desindexação será benéfica do ponto de vista das buscas na internet, pois o nome do sujeito não será mais associado ao assunto que ele quis que a sociedade esquecesse, mas como destacado anteriormente quem tiver o URL salvo irá ter acesso ao conteúdo do que foi publicado, ou seja, de certo modo é uma medida eficaz, porém não garante que o assunto será esquecido, pois não retira o conteúdo da internet apenas dificulta o seu acesso, deve se considerar que pessoas que não têm o conhecimento de determinado assunto não terão acesso a ele através de pesquisas na internet, mas se o URL for enviado para alguém a informação estará ao alcance de todos.

5 Pesquisadora da Universidade de Cambridge, onde integra a Faculdade de Direito e o Laboratório de Computação. Sua pesquisa foca na interface entre direito e tecnologia, com ênfase em proteção de dados, privacidade, propriedade intelectual, governança da internet, regulação e direito empresarial. Atualmente está trabalhando em projetos sobre crimes cibernéticos e compartilhamento de dados, a implementação na União Europeia do direito ao esquecimento, encriptação e políticas públicas, inteligência artificial e saúde, tecnologia e poder. Disponível em <[https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/01/ENTREVISTA\\_JULIA\\_POWLES\\_v04.pdf](https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/01/ENTREVISTA_JULIA_POWLES_v04.pdf)> acesso em 02 de novembro de 2024.

6 é um centro independente de pesquisa interdisciplinar que promove o debate acadêmico e a produção de conhecimento nas áreas de direito e tecnologia, sobretudo no campo da Internet. Disponível em <<https://internetlab.org.br/pt/sobre/>> acesso em 02 de novembro de 2024.

7 POWLES, Julia. **Direito ao esquecimento: entre liberdade de expressão e direitos da personalidade.**

[Entrevista concedida a] Francisco Carvalho de Brito Cruz Jacqueline de Souza Abreu. Internetlab. Disponível em <

[https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/01/ENTREVISTA\\_JULIA\\_POWLES\\_v04.pdf](https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/01/ENTREVISTA_JULIA_POWLES_v04.pdf)> acesso em 02 de novembro de 2024.

Dentro dessa perspectiva de desindexação Julia Powles também desenvolve um debate acerca do Direito ao Esquecimento de modo a estabelecer quem irá se beneficiar do referido direito, obviamente que dentro de um contexto social existem pessoas que ocupam determinadas posições que são de certa forma relevantes dentro de uma sociedade sejam por sua influência ou pelo que exercem, dessa forma a professora aponta o seguinte:

O real propósito desse conjunto de direitos ao “esquecimento” é que nós podemos efetivamente nos distanciarmos do nosso passado, seguir em frente. Se alguém é uma figura pública, se a notícia é relevante, não é possível requisitar o direito ao esquecimento, ele não é para estas pessoas.<sup>8</sup>

Segundo a autora o direito ao esquecimento não pode ser requisitado por todos, no caso de figuras públicas e quando a notícia é relevante o referido direito não pode prevalecer, posicionamento que pode revelar a subjetividade do Direito ao Esquecimento, ou seja para determinadas pessoas pode ser utilizado sem restrições para outras o esquecimento não é válido, posição controversa uma vez que uma figura pública também pode requerer ter o controle daquilo que é veiculado a seu respeito existem direitos como, imagem, privacidade, intimidade dentre outros que devem ser respeitados independentemente da pessoa.

Dentro desse contexto estabelecer as regras de como as informações serão postadas em sites da internet é essencial para garantir os direitos de personalidade bem como garantir o Direito ao Esquecimento, uma vez que a internet pode ser utilizada como meio para o cometimento de crimes como a pornografia de vingança<sup>9</sup>, na qual fotos íntimas ou vídeos íntimos são divulgadas com o intuito de denegrir a imagem de alguém, geralmente esse tipo de crime ocorre quando existe ou existiu uma relação conjugal, na qual um dos cônjuges publica fotos íntimas para se vingar do seu companheiro. Algumas redes sociais já apresentam mecanismos que visam impedir que fotos que contenham nudez sejam impedidas de serem

<sup>8</sup> POWLES, Julia. **Direito ao esquecimento: entre liberdade de expressão e direitos da personalidade.**

[Entrevista concedida a] Francisco Carvalho de Brito Cruz Jacqueline de Souza Abreu. Internetlab. Disponível em <

[https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/01/ENTREVISTA\\_JULIA\\_POWLES\\_v04.pdf](https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/01/ENTREVISTA_JULIA_POWLES_v04.pdf)> acesso em 02 de novembro de 2024.

<sup>9</sup> O crime de Pornografia de vingança foi instituído pela lei 13. 718/18 que inseriu o Art. 218-C no Código Penal que pontua o seguinte: “Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia: (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave

§ 1º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou com o fim de vingança ou humilhação. (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018). (BRASIL, 1984)

publicadas ou caso já tenha havido uma publicação indevida a foto seja retirada imediatamente<sup>10</sup>.

Dentro do contexto do cometimento de crimes virtuais, estabelecer critérios para barrar ou impedir os crimes é essencial para coibir a prática de ilícitos na internet, no caso da pornografia de vingança, a desindexação não é suficiente, pois as fotos íntimas ainda estarão na internet e não serão impedidas de serem acessadas por quem tem o URL do site e podem ser divulgadas por outros meios como redes sociais, nesse caso o conteúdo deve ser retirado de forma total da internet.

No caso do crime da pornografia de vingança pleitear a retirada total do conteúdo da internet é essencial para que a pessoa afetada tenha segurança para seguir a vida sem que esse crime a persiga pelo resto da vida, pois essas fotos podem causar dor e sofrimento a quem fora atingido, acerca da temática Chiara Spadaccini de Teffe, Fabiana Rodrigues Barletta apontam o seguinte:

representa a possibilidade de se pleitear a retirada de certos resultados (conteúdos ou páginas) relativos a uma pessoa específica de determinada pesquisa, em razão de o conteúdo apresentado ser prejudicial ao seu convívio em sociedade, expor fato ou característica que não mais se coaduna com a identidade por ela construída ou apresentar informação equivocada ou inverídica. A desindexação acaba por não atingir a própria publicação em si, pois não importa em remoção de conteúdo de página da web, mas sim na eliminação de referências a partir de pesquisas feitas com base em determinadas palavras-chave. (TEFFE, BARLETA, 2016, P. 268)

Conforme destacado acima a desindexação tem o objetivo de impedir resultados de pesquisas relacionadas a algum fato que o titular quer retirar da internet, e impedir que seu nome seja eternamente associado a determinada situação que não mais condiz com a realidade a qual o indivíduo vive no momento. Dentro desse contexto a desindexação pode ser um mecanismo atrelado ao Direito ao Esquecimento e que pode ter resultados eficazes, como já destacado, o conteúdo não é retirado da internet, mas em certos casos pode ser benéfico para quem pleiteia o Direito ao Esquecimento ou busca evitar que seu nome seja associado a determinado acontecimento quando houver uma busca na internet.

10 “A [Meta](#), empresa que controla o [Facebook](#) e o [Instagram](#), anunciou nesta sexta-feira (3) o apoio a uma plataforma da ONG britânica Revenge Porn Helpline que ajuda a impedir o compartilhamento não consensual de imagens íntimas na internet – prática também conhecida como pornô de vingança. Por meio do site [StopNCII.org](#), pessoas que estiverem preocupadas que suas imagens íntimas tenham sido publicadas ou que possam vir a ser publicadas nas redes sociais podem criar uma solicitação de ajuda para que os posts sejam detectados de forma proativa – ou seja, sem que a própria pessoa tenha que encontrar o material e fazer um pedido de remoção. O sistema, desenvolvido pelo Facebook e pelo Instagram, utiliza uma tecnologia que garante a privacidade das imagens, o que significa que nenhum moderador das redes sociais ou da ONG terão acesso às imagens íntimas, sejam elas vídeos ou fotos que apresentem nudez ou são de natureza sexual.” FEITOSA JR., Alessandro Entenda a tecnologia que identifica imagens íntimas e será usada por Facebook e Instagram para combater pornô de vingança, *GI*, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2021/12/05/entenda-a-tecnologia-que-identifica-imagens-intimas-e-sera-usada-por-facebook-e-instagram-para-combater-porno-de-vinganca.ghtml>> Acesso em 04 de Novembro de 2024.

Convém destacar que no presente estudo, especificamente, não se defende a retirada de conteúdos relacionados a crimes, pois como já destacado neste trabalho fatos de interesse social não devem ser objeto de Direito ao Esquecimento, uma vez que não podemos omitir da sociedade informações relevantes e que fazem parte da história daquele grupo social e crimes são objetos de estudos essenciais para entendermos nosso passado e fazermos um paralelo com presente, mas como já destacado neste estudo não podemos usar determinado fato como mecanismo de julgamento eterno.

Por outro lado a desindexação pode ser essencial em relação a interesses particulares, se o assunto só diz respeito a uma pessoa não há motivos para que ele fique acessível a todos em sites da internet ou redes sociais, nessa mesma perspectiva destaca-se também a importância da desindexação em relação aos casos de informações falsas, pois impedir buscas por informações falsas da internet é fundamental para impedir a desinformação.

## CAPÍTULO III

### 3. PUBLICIDADE E ALEGAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO BRASIL

No presente capítulo será feita uma análise de dois casos que tiveram ampla repercussão no cenário midiático nacional, esses crimes que aconteceram num determinado momento histórico e foram representados num contexto totalmente diferente do que ocorreram, na qual as mentalidades e opiniões sociais se dividem e um juízo de valor é criado sob a ótica do presente, de modo que entra em destaque emoções pautadas num senso de tribunal popular em que a concepção de justiça destoa dos conceitos jurídicos legais.

#### 3.1 Chacina da Candelária

No Brasil não existe regulamentação legal do Direito ao Esquecimento, porém o tema vem sendo debatido no judiciário, uma vez que existem diversos pedidos relacionados ao tema, diante desse cenário dois casos tiveram ampla repercussão na seara jurídica, uma vez que foram casos que tiveram dimensão midiática nacional, haja vista que foram objeto de um programa televisivo exibido para todo país, inclusive, o STJ julgou ambos os casos estudados neste trabalho e o STF, por sua vez julgou um desses casos mostrando a importância da temática para o ordenamento jurídico brasileiro.

Os casos os quais foram alegados o Direito ao Esquecimento foram referentes ao assassinato de Aída Curi e no caso da chacina da candelária. Ambos os casos apresentam alegações em comum que versam sobre a reprodução dos crimes por um programa televisivo da emissora Globo Comunicação e Participações S.A.. O programa intitulado Linha Direta<sup>11</sup> era um programa policial que tinha por objetivo fazer a simulação de crimes acontecidos no passado e exibi-los na emissora, muitos desses crimes ainda não tinham sido solucionados, nessa perspectiva a intenção do programa também era realizar um processo investigatório acerca de determinado fato criminoso.

O primeiro apresentador do noticiário, Hélio Costa, afirmou o seguinte em entrevista ao jornal o Globo: “É um programa de utilidade pública. Reparar erros cometidos pela Justiça, cobrar a negligência das autoridades, promover as investigações que deixaram de ser feitas

---

<sup>11</sup>O programa Linha direta teve sua primeira fase no ano de 1990 esteve em exibição naquele ano durante pouco mais de três meses de 29/03/1990 – 17/07/1990 voltando a ser exibido em no ano de 1999 nessa nova fase teve uma exibição longa durante mais de oito anos de 27/05/1999 – 06/12/2007. Disponível em: <[https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/linha-direta/noticia/linha-direta.ghtml#ancora\\_1](https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/linha-direta/noticia/linha-direta.ghtml#ancora_1)> acesso 10 de outubro de 2024.

Recentemente uma nova fase do programa veio a ser exibida Globo Comunicação e Participações S.A nos anos de 2023 e 2024. Disponível em<<https://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/pedro-bial-estreia-segunda-temporada-do-linha-direta-nesta-quinta-18.ghtml>> acesso 10 de outubro de 2024.

por motivos obscuros”<sup>12</sup> segundo o apresentador a proposta do programa era contribuir para a solução dos casos, na qual havia uma ampla divulgação do crime para a sociedade, ou seja, era como se programa fosse um mecanismo de investigação criminal e a sociedade faria parte desse processo investigatório.

Convém destacar que o programa dispunha de uma central telefônica 24 horas, uma página na internet e um endereço de e-mail para denúncias, do ano de 1999 a 2007, o Linha Direta conseguiu auxiliar a polícia a prender mais de 400 foragidos<sup>13</sup> se alguém eventualmente tivesse notícias do acusado poderia fazer a denúncia, ou seja, o referido programa tinha um suporte investigatório que se mostrou eficiente para se chegar a diversos acusados dos crimes reproduzidos.

No dia 27 de julho de 2006 a Globo Comunicação e Participações S.A. exibiu através do programa Linha Direta a simulação do crime que ficou conhecido como Chacina da Candelária<sup>14</sup>, ao citar os acusados do crime o programa destacou o nome de Jurandir Gomes França na época acusado de participação nos assassinatos, porém o acusado fora absolvido pelo Tribunal do Juri. Antes da exibição do referido programa Jurandir fora procurado pelos produtores do noticiário, porém acusado recusou-se a participar ou dar qualquer tipo de depoimento relacionado ao crime.

Deve-se considerar que a Chacina da Candelária é um evento de interesse social e que teve uma repercussão mundial, e por sua vez deve ser lembrado pela sociedade brasileira, porém um dos acusados Jurandir Gomes de França fora absolvido pelo tribunal do juri, pois fora provado que ele não teve participação no crime, e mesmo assim teve seu nome associado ao crime quando este foi reproduzido pelo programa Linha Direta, apesar do programa ter afirmado que Jurandir fora absolvido este sofreu diversas retaliações por parte da sociedade transformando totalmente sua vida.

Nesse sentido acerca do Direito ao Esquecimento Julia Powles afirma o seguinte “Particularmente, a base desse direito é que uma informação que não é correta, não é mais relevante, não é mais atual e que não tem interesse público pode ser retirada de resultados de

12COSTA, Hélio, Linha Direta. Memória Globo, 2021. Disponível em <[https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/linha-direta/noticia/linha-direta.ghtml#ancora\\_1](https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/linha-direta/noticia/linha-direta.ghtml#ancora_1)> acesso 10 de outubro de 2024.

13 Linha Direta. Memória Globo, 2021, Disponível em <[https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/linha-direta/noticia/linha-direta.ghtml#ancora\\_1](https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/linha-direta/noticia/linha-direta.ghtml#ancora_1)> acesso 10 de outubro de 2024.

14O crime conhecido como Chacina da Candelária ocorreu na madrugada de 23 de julho de 1993 próximo a igreja da Candelária na cidade do Rio de Janeiro, na ocasião oito jovens, moradores de rua, foram mortos quatro foram executados na escadaria da igreja, um foi assassinado na tentativa de fugir outro veio a óbito dias depois em decorrência dos ferimentos, outros dois foram levados de carro até o aterro do flamengo e executados no local, mais de cinquenta crianças dormiam nas escadarias da Igreja da Candelária naquela noite. Nota Pública: 20 anos da chacina da Candelária, – Não vamos esquecer! Anistia Internacional disponível em <<https://anistia.org.br/informe/nota-publica-20-anos-da-chacina-da-candelaria-nao-vamos-esquecer/>> acesso 12 de outubro de 2024.

busca especificamente feitas por seu nome.<sup>15</sup>” a referida pesquisadora aponta quatro argumentos para se considerar o Direito ao Esquecimento os quais são: veracidade da informação, relevância, atualidade e interesse público, segundo a autora esses quatro pilares são essenciais para se considerar o debate sobre Direito ao Esquecimento, porém fazendo um paralelo com o caso apresentado pelo programa Linha Direta, considera-se nessa pesquisa que havia veracidade nas informações<sup>16</sup>, interesse público e relevância, mas o acontecimento não era atual, ou seja, apenas um dos requisitos atribuídos pela pesquisadora fora atendido.

Todavia o que se questiona no presente estudo é que o nome Jurandir fora citado na exibição do programa sem necessidade<sup>17</sup> e sem autorização do mesmo, o que ocasionou uma reação social em relação a Jurandir totalmente injusta, pois foi provado que o acusado foi não teve participação no crime, então é evidente que as pessoas tiveram uma interpretação errada do que foi reproduzido pelo programa atacando o acusado como se ele tivesse cometido o crime. Dentro desse contexto mesmo que ele tivesse sido condenado e tivesse cumprido ou cumprindo sua pena a sociedade não teria o direito de atacá-lo novamente pelo crime, haja vista que todo condenado tem direito a se reinserir na sociedade e seguir o curso normal de sua vida sem julgamentos sociais.

Nessa perspectiva é plausível que Jurandir tenha requerido o Direito ao Esquecimento, uma vez que ele foi absolvido pelo Tribunal do Juri o programa deveria ter feito a simulação sem citar o acusado, por outro lado defende-se que caso tivesse sido comprovado que o acusado tivera participação no crime este não poderia alegar Direito ao Esquecimento, pois a sociedade tem direito a informação e esta não poderia ser suprimida. O STJ ao julgar o recurso especial interposto pela Globo Comunicação e Participações S.A considerou o seguinte:

Não obstante o cenário de perseguição e tolhimento pelo qual passou a imprensa brasileira em décadas pretéritas, e a par de sua inegável virtude histórica, a mídia do século XXI deve fincar a legitimação de sua liberdade em valores atuais, próprios e decorrentes diretamente da importância e nobreza da atividade. Os antigos fantasmas da liberdade de imprensa, embora deles não se possa esquecer jamais, atualmente, não autorizam a atuação informativa desprendida de regras e princípios a todos impostos<sup>18</sup>

15 POWLES, Julia. **Direito ao esquecimento: entre liberdade de expressão e direitos da personalidade.**

[Entrevista concedida a] Francisco Carvalho de Brito Cruz Jacqueline de Souza Abreu. Internetlab. Disponível em < [https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/01/ENTREVISTA\\_JULIA\\_POWLES\\_v04.pdf](https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/01/ENTREVISTA_JULIA_POWLES_v04.pdf) > acesso em 02 de novembro de 2024.

16 O programa afirmou que Jurandir foi acusado de participação na Chacina, porém foi absolvido Pelo Tribunal do Juri.

17 Pois como foi considerado que o acusado não teve participação no crime não havia necessidade de ter seu nome citado no programa.

18 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial Nº 1.334-097/RJ. Recurso Especial. Direito civil-constitucional. Liberdade de imprensa vs. direitos da personalidade. Recorrente: GLOBO COMUNICAÇÃO E



Como descrito acima houve um momento da história brasileira em que imprensa sofria restrições em seu conteúdo, nos dias atuais é constitucionalmente garantido a liberdade de imprensa direito essencial para consolidação da democracia, mas devemos considerar que deve haver respeito aos direitos de privacidade e intimidade, não podemos permitir que haja liberdade indiscriminada que afete o direito de outras pessoas, no caso do programa televisivo Jurandir se negou a conceder entrevista e não autorizou a vinculação de seu nome ao caso que seria reproduzido pelo programa.

A rememoração do fato em rede nacional trouxe muitos prejuízos para Jurandir em aspectos familiares, sociais e trabalhistas. A família de Jurandir começou a ser perseguida e ameaçada, as relações sociais do acusado foram afetadas de modo que ele passa a ser visto como um dos autores do crime que ele foi julgado e absolvido, e em aspectos trabalhistas Jurandir não conseguiu mais emprego, inclusive sua serraria foi destruída por populares revoltados, todo esse evento fora causado por uma reportagem indevida, e nos induz a refletir até que ponto a liberdade de imprensa pode usar a liberdade de expressão como um escudo para fazer divulgações sem levar em consideração os prejuízos que podem resultar de um conteúdo veiculado.

A rememoração do fato em rede nacional nos faz refletir sobre Direito ao Esquecimento do ponto de vista das vítimas e do ponto de vista do acusado de participação no crime. O conteúdo que foi veiculado pelo programa Linha Direta trouxe a tona um episódio traumático tanto para as pessoas que foram afetadas diretamente pela Chacina, familiares e amigos das pessoas mortas no evento, quanto para Jurandir Gomes França acusado, porém absolvido pelo Tribunal do Juri por negativa de autoria é evidente que esse acontecimento é de interesse social, mas não exime a imprensa de tomar os devidos cuidados na veiculação da informação, pois como afirma Márcio Siligmann Silva “O trauma é justamente uma ferida na memória” (SILVA, 2000, p.84) e relembrar o passado pode ser uma tortura mental, uma vez que é como se o sujeito estivesse revivendo aqueles acontecimentos pretéritos que se prefere esquecer e não ser punido novamente.

É evidente que o trauma é um sentimento subjetivo que diz respeito apenas ao indivíduo que se sente atingido pelo acontecimento, pois o mesmo evento pode não ser traumático para outra pessoa que eventualmente tenha participado ou presenciado a situação, a dor e sofrimento são sensações que variam conforme cada sujeito, dentro dessa perspectiva

---

PARTICIPAÇÕES S/A.. Recorrido: Jurandir Gomes de França. Relator Min. Luís Felipe Salomão, 28 de maio de 2013. disponível em <https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATCseq=31006510&tipo=0&nreg=&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=&formato=PDF&salvar=false>. acesso em 10 de setembro de 2024.

do trauma Cathy Caruth descreve o trauma da seguinte forma: “o trauma é descrito como a resposta a um evento ou eventos violentos inesperados ou arrebatadores, que não são inteiramente compreendidos quando acontecem, mas retornam mais tarde em *flash-backs*, pesadelos e outros fenômenos repetitivos” (CARUTH. 2000, P. 111) Como destacado o evento traumático ocorre de forma inesperada, talvez por isso seja tão perturbador, não há um prévio aviso, não tem como se preparar, pois acontece e somos surpreendidos, consequentemente temos nossa mente entorpecida por determinado fenômeno e a memória se encarrega de sempre nos lembrar do acontecimento traumático.

Como já destacado o Direito ao Esquecimento não tem previsão legal no Brasil, dessa forma não há parâmetros objetivos para se julgar pedidos acerca desse direito, dessa forma a decisão do STJ em relação ao caso de Jurandir passa por uma análise que versa sobre o direito a informação em paralelo a direitos como vida privada, intimidade, honra e imagem na qual cada direito deve ser considerado relevante dentro do debate sobre o Direito ao Esquecimento como destacado a seguir:

Nesse passo, a explícita contenção constitucional à liberdade de informação, fundada na inviolabilidade da vida privada, intimidade, honra, imagem e, de resto, nos valores da pessoa e da família, prevista no art. 220, § 1º, art. 221 e no § 3º do art. 222 da Carta de 1988, parece sinalizar que, no conflito aparente entre esses bens jurídicos de especialíssima grandeza, há, de regra, uma inclinação ou predileção constitucional para soluções protetivas da pessoa humana, embora o melhor equacionamento deva sempre observar as particularidades do caso concreto. Essa constatação se mostra consentânea com o fato de que, a despeito de a informação livre de censura ter sido inserida no seletor grupo dos direitos fundamentais (art. 5º, inciso IX), a Constituição Federal mostrou sua vocação antropocêntrica no momento em que gravou, já na porta de entrada (art. 1º, inciso III), a dignidade da pessoa humana como - mais que um direito - um fundamento da República, uma lente pela qual devem ser interpretados os demais direitos posteriormente reconhecidos<sup>19</sup>

Ficou evidente que apesar de existir a liberdade de expressão garantida pela Constituição Federal esta deve respeitar outros direitos como intimidade, honra e imagem dentre outros e nesse caso o STJ privilegiou os direitos que protegem a personalidade do indivíduo e a dignidade da pessoa humana os quais foram direitos afetados quando houve a exibição do programa Linha Direta, pois Jurandir teve seus direitos tolhidos tanto pela emissora Globo Comunicação e Participações S.A quanto pela sociedade que tomada pelo ódio alimentado pela justiça a qualquer custo passou a perseguir o acusado.

Como visto na decisão destacada acima houve conflito entre direitos, na qual o lado que privilegia a pessoa humana foi priorizado, é evidente que cada caso o qual o Direito ao

19 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial Nº 1.334-097/RJ. Recurso Especial. Direito civil-constitucional. Liberdade de imprensa vs. direitos da personalidade. Recorrente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A.. Recorrido: Jurandir Gomes de França. Relator Min. Luís Felipe Salomão, 28 de maio de 2013. disponível em <<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATCseq=31006510&tipo=0&nreg=&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=&formato=PDF&salvar=false>>. acesso em 10 de setembro de 2024.

Esquecimento for requerido deve ser analisado de forma isolada cada situação tem sua particularidade nem sempre o Direito ao Esquecimento deverá ser concedido, não se pode banalizar a concessão de um direito como este que pode envolver todo um contexto social tanto em aspectos históricos quanto jurídicos.

A vida do acusado foi negativamente influenciada pela situação que tornou um trauma do passado mais traumático ainda, uma vez que o mesmo teve sua dignidade afetada por pelos atos agressivos que sofreu e dentro de um contexto em que o ódio social se volta para um indivíduo, tem-se o tolhimento de direitos como o da Dignidade Pessoa Humana, haja vista que esse direito se constitui como uma base na qual o indivíduo sustenta outros direitos como direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à educação e dentro de perspectiva da Constituição Federal a Dignidade da Pessoa Humana deve ser tutelada pelo próprio estado. Ingo Wolfgang Sarlet assevera o seguinte sobre o referido princípio:

a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARLET, 2002, P.62)

Conforme destacado o princípio da Dignidade da Pessoa Humana tem entre seus parâmetros o respeito pela pessoa, de modo que cada indivíduo possa exercer sua liberdade sem amarras sociais tendo controle de sua própria vida e determinando como esta se insere e se comporta dentro da ordem social a qual está inserida, todas essas premissas devem ser objeto de proteção do estado, tendo em vista uma relação dupla, na qual o sujeito busca exercer o seu direito e o estado, por sua vez, busca garantir, uma vez que não se pode acreditar num contexto em que cada indivíduo conseguirá exercer esses direitos sem a tutela estatal

Dentro desse contexto convém destacar o Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal, que prevê o seguinte “A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento<sup>20</sup>” dessa forma a relação entre Dignidade da Pessoa Humana e Direito ao Esquecimento já vem sendo debatida no Brasil e como o referido enunciado pontua a proteção da dignidade da pessoa humana garante o Direito ao Esquecimento, dessa forma não há como desvencilhar ambos os institutos, tendo em vista que haverá situações que o Direito ao Esquecimento garantirá a Dignidade da Pessoa Humana. O referido enunciado foi justificado da seguinte forma:

20 BRASIL, Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. VI Jornada de Direito Civil. **Enunciado n. 531**. Coordenador Geral Ruy Rosado de Aguiar Júnior. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/vijornadadireitocivil2013-web.pdf>>. Acesso em: 09 de Março. 2024.

Os danos provocados pelas novas tecnologias de informação vêm-se acumulando nos dias atuais. O direito ao esquecimento tem sua origem histórica no campo das condenações criminais. Surge como parcela importante do direito do ex-detento à ressocialização. Não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas apenas assegura a possibilidade de discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, mais especificamente o modo e a finalidade com que são lembrados.<sup>21</sup>

A justificativa versa acerca do ponto de vista das condenações criminais na qual criminoso que cumpre sua pena e busca a ressocialização e através do Direito ao Esquecimento tenta se desvencilhar do passado, porém a referida justificativa considera que ninguém tem o direito de apagar fatos passados de sua vida, no entanto reputa que o debate sobre como seu histórico é manipulado no presente é válido, ademais se questionar com quais finalidades seus dados são utilizados de modo que cada sujeito tenha controle de suas informações, haja vista que acontecimentos degradantes do passado devem ser avaliados como serão publicizados na atualidade.

Acerca da decisão do STJ sobre o caso de Jurandir Gomes França há um debate sobre a historicidade da notícia o que nos faz refletir até que ponto a notícia pode ter relevância ao longo do tempo, no caso específico da Chacina da Candelária a notícia é relevante, é um fato histórico e que não pode cair no esquecimento, porém o que se debate é como o acontecimento foi veiculado anos depois envolvendo a imagem de uma pessoa que foi absolvida, nessa perspectiva o tribunal apontou o seguinte:

A historicidade da notícia jornalística, todavia, em se tratando de jornalismo policial, há de ser vista com cautela por razões bem conhecidas por todos.

Há, de fato, crimes históricos e criminosos famosos, mas também há crimes e criminosos que se tornaram artificialmente históricos e famosos, obra da exploração midiática exacerbada e de um populismo penal satisfativo dos prazeres primários das multidões, que simplifica o fenômeno criminal às estigmatizadas figuras do "bandido" vs. "cidadão de bem". No ponto, faz-se necessário desmistificar a postura da imprensa no noticiário criminal, a qual - muito embora seja uma instituição depositária de caríssimos valores democráticos - não é movida por um desinteressado compromisso social de combate ao crime.<sup>22</sup>

Como destacado acima muitos crimes não eram para ter a relevância que tem, porém a exposição midiática os deu uma proporção bem maior que deveriam ter e muitos criminosos se tornaram famosos pela espetacularização da tragédia, uma vez que a visão do crime que a

21 BRASIL, Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. VI Jornada de Direito Civil. **Enunciado n. 531**. Coordenador Geral Ruy Rosado de Aguiar Júnior. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/vijornadadireitocivil2013-web.pdf>>. Acesso em: 09 de Março. 2024.

22 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial Nº 1.334-097/RJ. Recurso Especial. Direito civil-constitucional. Liberdade de imprensa vs. direitos da personalidade. Recorrente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A.. Recorrido: Jurandir Gomes de França. Relator Min. Luís Felipe Salomão, 28 de maio de 2013. disponível em <<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATCseq=31006510&tipo=0&nreg=&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=&formato=PDF&salvar=false>>. acesso em 10 de setembro de 2024.

sociedade acaba absorvendo é manipulada pelos programas policiais que em busca de audiência tornam a tragédia algo satisfatório, haja vista que o senso comum da sociedade busca sempre a justiça a qualquer custo.

Como já destacado anteriormente no presente estudo há interesse público no referido fato que está sendo abordado, porém deve-se considerar que com o passar dos anos o interesse social e midiático podem desaparecer ou diminuir, e esse fato só servirá como fonte histórica, para o criminoso que cumpriu sua pena e busca reconstruir sua vida o passado deve ser esquecido, já para uma pessoa que foi absolvida como na situação de Jurandir, aquele passado nem deveria existir quanto mais ser lembrado.

O sensacionalismo jornalístico tornam acontecimentos desproporcionais ao que de fato são, fatores como o título da matéria chamativo, exagero na apresentação dos fatos, foco no sentimento do telespectador são elementos que chamam atenção de quem assiste e manipulam, inclusive, o emocional das pessoas, essas notícias geralmente são superficiais com pouca ou nenhuma contextualização, esse tipo de jornalismo causa desinformação e manipulação da opinião pública, bem como também naturalização da violência, nessa perspectiva o tribunal continua com a linha de raciocínio:

Com efeito, a historicidade de determinados crimes por vezes é edificada à custa das mencionadas vicissitudes, e, por isso, penso que a historicidade do crime não deve constituir óbice em si intransponível ao reconhecimento de direitos como o vindicado nos presentes autos

Na verdade, a permissão ampla e irrestrita a que um crime e as pessoas nele envolvidas sejam retratados indefinidamente no tempo – a pretexto da historicidade do fato – pode significar permissão de um segundo abuso à dignidade humana, simplesmente porque o primeiro já fora cometido no passado. (...)

Portanto, a questão da historicidade do crime, embora relevante para o desate de controvérsias como a dos autos, pode ser ponderada caso a caso, devendo ser aferida também a possível artificiosidade da história criada na época.<sup>23</sup>

O tribunal considera que um crime não pode se tornar famoso por exposição da mídia, a historicidade de um crime deve ser constituída através dos fatos que o integram, e aqui não é uma tentativa de relativizar a conduta criminosa, mas de aplicar a proporcionalidade no caso concreto e a mídia deve ter sensibilidade e ter responsabilidade na veiculação da informação. Como expresso no excerto a divulgação irrestrita do caso pode fazer com que haja uma espécie de segunda punição como ocorreu no caso de Jurandir, pois inclusive foi preso na

23 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial Nº 1.334-097/RJ. Recurso Especial. Direito civil-constitucional. Liberdade de imprensa vs. direitos da personalidade. Recorrente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A.. Recorrido: Jurandir Gomes de França. Relator Min. Luís Felipe Salomão, 28 de maio de 2013. disponível em <https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATCseq=31006510&tipo=0&nreg=&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=&formato=PDF&salvar=false>. acesso em 10 de setembro de 2024.

época da acusação, e anos depois sofre com a punição social, consequência da retratação do fato em uma época totalmente diferente de outrora.

Como o tribunal destaca, a historicidade do crime deve ser considerada caso a caso, porém convêm o destaque de que todo crime é um fato histórico e serve como fonte histórica a qual pode ser problematizada no futuro, haja vista que o fato histórico deixa marcas no passado, e toda sociedade carrega consigo sua carga histórica e como já destacado nesse estudo o Direito ao Esquecimento não pode ser usado para mudar a história, mas para que a justiça prevaleça, então o fato criminoso como fonte histórica deve prevalecer. Cada crime tem sua particularidade e seu grau de impacto social, mas independentemente do seu grau de reprovabilidade social ele não pode ser um mecanismo de julgamento eterno.

### **3.2 Caso Aída Curi**

O caso Aída Curi diferentemente do caso da Chacina da Candelária a vítima não está requerendo o direito, mas seus familiares e novamente é em relação a uma simulação feita pelo programa Linha Direta e exibida em 29 de abril de 2004. O crime aconteceu na noite 14 de julho de 1958 no bairro de copacabana na cidade do Rio de Janeiro na época a vítima tinha 18 anos, Aída fora abordada por um homem que toma sua caixa de óculos, na tentativa de recuperá-la a jovem é atraída para o prédio 3388 no edifício Rio Nobre, na qual fora levada para o apartamento 1201 onde foi espancada e sofreu tentativa de abuso sexual. Após cair desmaiada em decorrência da violência que sofrera foi atirada do décimo segundo andar do prédio (VERUNSCHK, 2016).

O crime, até a exibição do programa, havia acontecido há quase cinquenta anos, um momento em que os meios de comunicação eram bem limitados se comparados com os atuais é plausível considerar que até o momento da exibição do programa o conhecimento do caso por parte da sociedade fosse bem restrito, haja vista o lapso temporal de quase cinquenta anos entre o acontecimento e o presente, grande parte das pessoas que presenciaram o acontecimento na época provavelmente nem estavam mais vivas no momento da exibição do programa e quem estava vivo já tinha uma certa idade, é muito provável que um número limitado de pessoas lembrassem desse crime.

Com a reprodução do crime no programa e sua exibição para todo o país um acontecimento que estava inerte no passado entrou em destaque fazendo a família rememorar um fato traumático, uma vez que muito provavelmente a família da vítima já havia se recuperado desse evento tortuoso, o programa foi impactante para os parentes da vítima pois, inclusive, fora exibido a imagem real da vítima ensanguentada após o crime, diante dessa

situação os irmãos moveram uma ação contra a Globo Comunicação e Participações S.A com o objetivo de receberem indenização por danos morais, materiais e a imagem. O recurso especial Nº 1.335.153 – RJ interposto pelos irmãos de Aida Curi e pelo julgado pelo STJ aponta o seguinte:

Nos presentes autos, o cerne da controvérsia passa pela ausência de contemporaneidade da notícia de fatos passados, a qual, segundo o entendimento dos autores, reabriu antigas feridas já superadas quanto à morte de sua irmã, Aida Curi, no distante ano de 1958. Buscam a proclamação do seu **direito ao esquecimento**, de não ter revivida, contra a vontade deles, a dor antes experimentada por ocasião da morte de Aida Curi, assim também pela publicidade conferida ao caso décadas passadas.<sup>24</sup>

Como destacado um dos argumentos usados para que a alegação do Direito ao Esquecimento foi a falta de contemporaneidade do acontecimento, haja vista ter se passado mais de quarenta anos entre o crime e a exibição do programa segundo os irmãos da vítima a exibição da simulação do crime trouxe para a família feridas que já estavam superadas, deve-se considerar que o crime ocorreu com requintes de crueldade e Aída tinha apenas 18 anos na época do assassinado situação que causa trauma em toda família.

Dentro desse contexto do sofrimento, a reprodução do caso muito provavelmente trouxe um novo sofrimento não apenas aos parentes que acompanharam o caso na época do acontecimento, mas também aos que não o acompanharam no momento em que ele ocorreu seja por serem muito jovens ou talvez por nem terem nascido naquele momento, dessa forma do ponto de vista do luto, com a exibição do programa, pode ter havido um segundo trauma para os que vivenciaram a época do crime e um primeiro trauma para os que não presenciaram o presente momento do fato criminoso.

Assim como os condenados que cumpriram pena e os absolvidos que se envolveram em processo-crime (REsp. n. 1.334/097/RJ), as vítimas de crimes e seus familiares têm direito ao esquecimento – se assim desejarem –, direito esse consistente em não se submeterem a desnecessárias lembranças de fatos passados que lhes causaram, por si, inesquecíveis feridas. Caso contrário, chegar-se-ia à antipática e desumana solução de reconhecer esse direito ao ofensor (que está relacionado com sua ressocialização) e retirá-lo dos ofendidos, permitindo que os canais de informação se enriqueçam mediante a indefinida exploração das desgraças privadas pelas quais passaram.

Não obstante isso, assim como o direito ao esquecimento do ofensor – condenado e já penalizado – deve ser ponderado pela questão da historicidade do fato narrado, assim também o direito dos ofendidos deve observar esse mesmo parâmetro. Em um crime de repercussão nacional, a vítima – por torpeza do destino – frequentemente se torna elemento indissociável do delito, circunstância que, na generalidade das vezes, inviabiliza a narrativa do crime caso se pretenda omitir a figura do ofendido.<sup>25</sup>

24BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial Nº 1.335.153 – RJ. Embargantes: Nelson Curi e outros. Embargado: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A. Quarta Turma. Relator: ministro Luís Felipe Salomão, 28 de maio de 2013. disponível em <<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=36170660&tipo=91&nreg>> acesso em 14 de setembro de 2024.

25 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial Nº 1.335.153 – RJ. Embargantes: Nelson Curi e outros. Embargado: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A. Quarta Turma. Relator: ministro Luís Felipe Salomão, 28 de maio de 2013. disponível em

Conforme o voto do relator o senhor ministro Luís Felipe Salomão o Direito ao Esquecimento pode ser requerido tanto pelo ofensor quanto pela vítima ou familiares desta, segundo o relator todos devem ter o direito de serem poupados do sofrimento causado no passado e dentro desse contexto a negativa do Direito ao Esquecimento proporcionaria aos meios de comunicação uma exploração indefinida dos crimes causando aos interessados no delito um sofrimento eterno.

Nessa perspectiva o ministro pontua que a concessão do direito ao ofensor e a vítima deve-se observar a historicidade do fato narrado levando em consideração a sua importância para a sociedade, deve-se considerar que o relator apontado na perspectiva de que ao se narrar um acontecimento é possível omitir o nome do ofensor, porém em relação à vítima em grande parte das situações não há como dissociá-la do fato, considerando que o Direito ao Esquecimento em relação ao ofendido pode não ser pleno pela impossibilidade de retratar o fato sem a figura do ofendido.

Com efeito, o direito ao esquecimento que ora se reconhece para todos, ofensor e ofendidos, não alcança o caso dos autos, em que se reviveu, décadas depois do crime, acontecimento que entrou para o domínio público, de modo que se tornaria impraticável a atividade da imprensa para o desiderato de retratar o caso Aida Curi, sem Aida Curi.

É evidente ser possível, caso a caso, a ponderação acerca de como o crime tornou-se histórico, podendo o julgador reconhecer que, desde sempre, o que houve foi uma exacerbada exploração midiática, e permitir novamente essa exploração significaria conformar-se com um segundo abuso só porque o primeiro já ocorrera. Porém, no caso em exame, não ficou reconhecida essa artificiosidade ou o abuso antecedente na cobertura do crime, inserindo-se, portanto, nas exceções decorrentes da ampla publicidade a que podem se sujeitar alguns delitos.<sup>26</sup>

Segundo o STJ o referido caso não é suscetível de Direito ao Esquecimento, pois o tribunal considera que o acontecimento se tornou público e reconhecer o referido direito ao acontecimento em questão tornaria a atividade da imprensa impossível, o tribunal também destaca que não houve abuso por parte do meio de comunicação o que aconteceu foi a exibição de um programa policial na qual um acontecimento de interesse público fora reproduzido. É evidente que o tribunal exerce uma certa ponderação ao conceder o Direito ao Esquecimento fazendo um paralelo entre o fato e o direito de imprensa, de modo que a concessão de um direito como esse pode ocasionar vários outros pedidos em que não há uma argumentação plausível para o esquecimento. Dessa forma o tribunal pontua:

<<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=36170660&tipo=91&nreg>> acesso em 14 de setembro de 2024.

26 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial Nº 1.335.153 – RJ. Embargantes: Nelson Curi e outros. Embargado: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A. Quarta Turma. Relator: ministro Luís Felipe Salomão, 28 de maio de 2013. disponível em <<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=36170660&tipo=91&nreg>> acesso em 14 de setembro de 2024.



Não fosse por isso, o reconhecimento, em tese, de um direito de esquecimento não conduz necessariamente ao dever de indenizar. Em matéria de responsabilidade civil, a violação de direitos encontra-se na seara da ilicitude, cuja existência não dispensa também a ocorrência de dano, com nexo causal, para chegar-se, finalmente, ao dever de indenizar. No caso de familiares de vítimas de crimes passados, que só querem esquecer a dor pela qual passaram em determinado momento da vida, há uma infeliz constatação: na medida em que o tempo passa e vai se adquirindo um “direito ao esquecimento”, na contramão, a dor vai diminuindo, de modo que, relembrar o fato trágico da vida, a depender do tempo transcorrido, embora possa gerar desconforto, não causa o mesmo abalo de antes.

A reportagem contra a qual se insurgiram os autores foi ao ar 50 (cinquenta) anos depois da morte de Aída Curi, circunstância da qual se conclui não ter havido abalo moral apto a gerar responsabilidade civil. Nesse particular, fazendo-se a indispensável ponderação de valores, o acolhimento do direito ao esquecimento, no caso, com a consequente indenização, consubstancia desproporcional corte à liberdade de imprensa, se comparado ao desconforto gerado pela lembrança.<sup>27</sup>

O tribunal além de não reconhecer o Direito ao Esquecimento também não concedeu o direito de indenização aos familiares da vítima, ademais o relator apontou que mesmo que haja concessão de Direito ao Esquecimento não significa dizer que exista o direito de indenização, o tribunal considera que com o transcorrer dos anos o sofrimento causado pelo crime vai diminuindo, e mesmo que haja uma rememoração do acontecimento o abalo sentimental não é o mesmo. Diante do caso em tela o relator considera que não houve abalo moral proporcional que justificasse a indenização, caso contrário seria uma afronta a liberdade de imprensa.

No caso Aída Curi o tribunal fez um paralelo entre Direito ao Esquecimento e liberdade de imprensa de modo a estabelecer a proporcionalidade entre os dois direitos, respeitando os limites jurídicos que cada um pode exercer, dessa forma a decisão aponta que ambos os direitos podem ser harmônicos dentro do mesmo ordenamento jurídico, nesse sentido haverá casos em que o Direito ao Esquecimento prevalecerá em outras situações, como no caso em estudo, a liberdade de imprensa se sobressairá.

Deve-se destacar que o caso da Chacina da Candelária e o caso Aída Curi foram julgados no mesmo dia e ambos tiveram decisões diferentes o primeiro teve o Direito ao Esquecimento concedido o segundo fora negado, situação que evidencia que cada caso tem suas particularidades, a Chacina da Candelária era um evento recente se comparado com crime que vitimou Aída Curi, o primeiro só tinha transcorrido pouco mais de treze anos entre o crime e a exibição do programa, o segundo já tinha acontecido há quase cinquenta anos, dentro desse contexto para concessão do Direito ao Esquecimento deve-se analisar várias perspectivas, como: lapso temporal, impacto emocional, prejuízos que podem advir da

---

27 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial Nº 1.335.153 – RJ. Embargantes: Nelson Curi e outros. Embargado: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A. Quarta Turma. Relator: ministro Luís Felipe Salomão, 28 de maio de 2013. disponível em <<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=36170660&tipo=91&nreg>> acesso em 14 de setembro de 2024.

retratação do fato no presente, relevância social bem como também o respeito à liberdade de imprensa.

Diante da negativa do STJ em reconhecer o Direito ao Esquecimento a família de Aída Curi recorre ao STF o qual aponta que não há compatibilidade com a Constituição Federal, a tese firmada pelo tribunal foi a seguinte:

É incompatível com a Constituição Federal a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social – analógicos ou digitais. Eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir dos parâmetros constitucionais, especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral, e as expressas e específicas previsões legais nos âmbitos penal e cível.<sup>28</sup>

Conforme entendimento do STF o Direito ao Esquecimento não se adéqua aos parâmetros constitucionais, uma vez que fatos verídicos não podem ser limitados de serem divulgados pelos meios de comunicação, porém a corte assevera que caso haja abusos na veiculação das informações no que se refere a direitos como honra, imagem, personalidade e privacidade estes serão protegidos conforme os parâmetros constitucionais, dessa forma a corte considera que existem limites naquilo que pode ser divulgado.

Convém destacar que o STF faz menção a fatos ou dados verídicos, porém não é incomum a grande mídia veicular informações inverídicas que acabam prejudicando a imagem de pessoas, nesse caso um indivíduo que não é culpado por determinado fato não pode ter sua imagem maculada por uma informação veiculada de forma incorreta, o que evidencia que o direito a liberdade de expressão foi usado de forma indevida e os responsáveis pelo erro devem ser responsabilizados legalmente e a vítima não pode ter sua imagem associada ao fato para sempre, nesse caso seria plausível a alegação do Direito ao Esquecimento.

Dentro desse contexto, fazendo-se um paralelo com a tese firmada pelo STF convém destacar o caso da Chacina da Candelária acontecimento já estudado neste trabalho, pois apesar da corte suprema considerar incompatibilidade entre o Direito ao Esquecimento e a Constituição Federal, o STJ, por sua vez, concedeu o referido direito ao acusado de participação no crime, em decorrência das retaliações injustas que o mesmo fora vítima, obviamente que os crimes e as alegações são diferentes, mas ambos buscam o mesmo direito.

Ademais a decisão do tribunal concentra os possíveis abusos que podem ocorrer à imagem, a honra e a privacidade ao que convencionou a Constituição Federal que no seu artigo

28 BRASIL. Superior Tribunal Federal. Recurso extraordinário 1.010.606/RJ. Recurso extraordinário com repercussão geral. Caso Aída Curi. Direito ao esquecimento. Recorrente: Nelson Curi e outro(a/s). Recorrido: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A. Relator Min. Dias Toffoli, 11 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15346473757&ext=.pdf>> acesso em 02 de outubro de 2024.

5º inciso X aponta o seguinte: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;”(BRASIL, 1988) o texto constitucional assegura o direito de indenização para situações em que os referidos direitos forem afetados, porém deve-se considerar que quem busca o Direito ao Esquecimento tem por objetivo ser deixado em paz sem amarras do passado, e uma indenização não vai sanar os traumas causados pela publicação ilimitada do fato, nesse sentido a garantia de indenização não é suficiente para assegurar o direito de não ser perseguido pelo passado.

Nesse sentido o relator do caso, Ministro Dias Toffoli, para legitimar a decisão do tribunal afirma o seguinte:

Conforme destaquei ao longo deste voto, não reputo existente no ordenamento jurídico brasileiro proteção constitucional ao direito ao esquecimento.

Desse modo, tenho que se afigura ilegítima a invocação pelos recorrentes de suposto “direito ao esquecimento” para obstar a divulgação dos fatos que, embora constituam uma tragédia familiar, infelizmente, são verídicos, compõem o rol dos casos notórios de violência na sociedade brasileira e foram lícitamente obtidos à época de sua ocorrência, não tendo o decurso do tempo, por si só, tornado ilícita ou abusiva sua (re)divulgação – ainda que sob nova roupagem jornalística –, sob pena de se restringir, desarrazoadamente, o exercício pela ora recorrida do direito à liberdade de expressão, de informação e de imprensa.<sup>29</sup>

O tribunal reforça que os fatos retratados pelo programa Linha Direta Justiça são verídicos, e que apesar de constituir uma tragédia familiar tornou-se um crime notório e que não pode ser omitido do conhecimento público, e apesar de terem transcorrido mais de quarenta anos do crime não houve abuso por parte da emissora na reprodução do crime. O caso Aída Curi não constitui para corte um acontecimento passível de esquecimento, mas um evento de interesse social que pode ser debatido pela sociedade sob o ponto de vista da liberdade de expressão, dentro desse contexto não há como privar um meio de comunicação de problematizar o caso e estabelecer o debate social.

Ademais não houve por parte da emissora qualquer tipo de abordagem que gerasse desrespeito à vítima ou a sua família, o programa reproduz o acontecimento de forma jornalística e sem fazer juízo de valor acerca do caso apenas retratando o caráter histórico do crime, dessa forma o tribunal pontua:

De outra perspectiva, dissociada da pretensão de esquecimento, também não vislumbro abuso na forma adotada para a comunicação. Como salientei ao longo deste voto, tenho que a veracidade da informação e a licitude da obtenção e do tratamento dos dados pessoais importam significativamente na análise da legalidade de sua utilização. E, no caso concreto, os fatos narrados no programa,

29 BRASIL. Superior Tribunal Federal. Recurso extraordinário 1.010.606/RJ. Recurso extraordinário com repercussão geral. Caso Aída Curi. Direito ao esquecimento. Recorrente: Nelson Curi e outro(a/s). Recorrido: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A. Relator Min. Dias Toffoli, 11 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15346473757&ext=.pdf>> acesso em 02 de outubro de 2024.

lamentavelmente, são verídicos, sendo as imagens reais usadas na exibição fruto de obtenção legítima pela recorrida ao tempo dos acontecimentos. Ademais, todos os crimes são de interesse da sociedade, mas há aqueles em que, por seu contexto de brutalidade, tornam-se objeto de documentação social e jornalística, sendo sua descrição e seus contornos alvo de farto registro. Tais registros (em fotos, livros, reportagens da época e testemunhos) não são, em princípio, violadores da honra ou da imagem dos envolvidos, mesmo no que toca à vítima.<sup>30</sup>

Conforme destacado o tribunal não aponta ilegalidade na exibição da simulação do crime, pois não houve omissão ou alteração dos fatos, a emissora foi fidedigna ao evento criminoso e as fontes usadas para reprodução do caso são reais, situação que evidencia que a simulação não fora feita com objetivo de atingir direitos da vítima nem dos familiares, deve-se considerar que crimes semelhantes ao caso Aída Curi são delitos que chamam a atenção do público de modo que não há como evitar a repercussão social.

Retomando o caso concreto, reputo ausente afronta ao nome, à imagem, à vida privada da vítima ou de seus familiares, que decorra da exibição do programa televisivo “Linha Direta: Justiça”.

Por fim, destaco que o referido programa apresenta uma análise da sociedade da época e indica o desfecho judicial do caso, finalizando com o seguinte questionamento quanto ao respeito às mulheres: 50 anos depois do crime contra Aída Curi, as mulheres são mais ou menos respeitadas?

A pergunta não poderia ser mais atual. Passados mais de 60 anos do assassinato de Aída Curi, as mulheres em nosso país são mais ou menos respeitadas?

Na sessão de ontem, iniciei meu voto apontando os graves números do feminicídio no país e destacando o compromisso do Judiciário, dentro de seu âmbito de competências, com a condução de medidas eficazes ao combate dessa forma de violência tão lamentavelmente materializada em nossa sociedade. Violência que se apresenta, ademais, como o desfecho de múltiplas, e por vezes silenciosas, formas de desrespeito cotidiano à mulher.<sup>31</sup>

Para finalizar o relator considera que com a exibição do programa não houve afronta ao nome nem a imagem da vítima, bem como também de sua família, inclusive, o tribunal faz uma reflexão acerca da violência contra as mulheres que embora tenha transcorrido vários anos do crime contra Aída Curi a violência contra as mulheres ainda é uma problemática em nossa sociedade de modo que mulheres ainda são violentadas e crimes semelhantes ao de Aída Curi ainda ocorrem no atual momento da sociedade brasileira, dessa forma o programa também fomenta o debate acerca da violência contra as mulheres, traçando um paralelo entre o estágio social de mais de 60 anos atrás (época do crime) e o estágio da sociedade naquele exato momento da exibição do programa.

30 BRASIL. Superior Tribunal Federal. Recurso extraordinário 1.010.606/RJ. Recurso extraordinário com repercussão geral. Caso Aída Curi. Direito ao esquecimento. Recorrente: Nelson Curi e outro(a/s). Recorrido: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A. Relator Min. Dias Toffoli, 11 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15346473757&ext=.pdf>> acesso em 02 de outubro de 2024.

31 BRASIL. Superior Tribunal Federal. Recurso extraordinário 1.010.606/RJ. Recurso extraordinário com repercussão geral. Caso Aída Curi. Direito ao esquecimento. Recorrente: Nelson Curi e outro(a/s). Recorrido: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A. Relator Min. Dias Toffoli, 11 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15346473757&ext=.pdf>> acesso em 02 de outubro de 2024.

Dentro dessa perceptiva dos casos de feminicídio estabelecer esse debate dentro da sociedade brasileira é essencial para analisarmos o quanto as mulheres ainda são vítimas de crimes motivados pelo gênero, independente da época esse tipo de delito é recorrente em nosso país, as páginas policiais retratam inúmeros casos de mulheres que são vítimas de feminicídio alguns acabam tendo um destaque midiático maior, como foi o caso de Aída Curi, ademais o tribunal destaca que a violência contra as mulheres ocorrem de diversas formas não apenas em caso de óbito como aconteceu com Aída Curi, dessa forma apesar de ser um crime ocorrido há mais de sessenta anos ainda é relevante no atual presente de nossa sociedade

O caso Aída Curi do ponto de vista do Direito ao Esquecimento é um caso emblemático, pois o referido direito não é requerido pela vítima, mas por seus familiares que resguardam a memória do familiar, de todo modo se considera neste estudo que esse direito só pode ser requerido pela própria vítima, a família apesar de ainda sofrer com a dor não pode impedir que um acontecimento de relevância social caia no esquecimento tendo em vista um tema relevante para a sociedade brasileira que seria a violência contra as mulheres.

## CONCLUSÃO

Ao se analisar o estudo do Direito ao Esquecimento foi feito um processo investigativo a fim de entender como o referido direito poderia ser requerido, como este se encaixaria no ordenamento jurídico brasileiro e como seria benéfico para sociedade, de modo que outros direitos não fossem prejudicados. Em nenhum momento foi feito juízo de valor acerca dos casos, porém foram feitos posicionamentos sobre o tema, uma vez que se entende que o pesquisador deve se posicionar diante dos fatos pesquisados.

O debate acerca do Direito ao Esquecimento no Brasil ainda é bem restrito, não há um grande número de estudos sobre a temática, apesar do tema já ter sido objeto de debate em tribunais superiores ainda existe certa resistência em reconhecer o referido Direito ou oportunizar o debate. O presente estudo apresentou uma análise do Direito ao Esquecimento no Brasil na qual os casos os quais foram estudados são acontecimentos de grande repercussão que foram essenciais para ampliar o debate do referido direito no Brasil, a partir desses casos ampliou-se a discussão, porém sem grandes perspectivas para sua legitimação no ordenamento jurídico brasileiro.

As recentes decisões de tribunais superiores acerca do Direito ao Esquecimento abriram precedentes para se viabilizar a possibilidade do Direito ao Esquecimento no Brasil, a partir de critérios e análises de casos concretos que nos remontam a um passado que estaria inerte caso não fosse a ampla divulgação midiática que sofreram por parte de um programa televisivo, e dentro desse contexto analisar a emergência de novos direitos é essencial para suprir os anseios que toda sociedade necessita.

É evidente que as inovações tecnológicas mudaram totalmente o cotidiano das pessoas, é um avanço que não se pode retroceder, e adaptar a vida, bem como também o ordenamento jurídico a essa nova realidade é algo essencial para se adequar as novas demandas da vida em sociedade, dentro dessa lógica o Direito ao Esquecimento surge como um mecanismo novo para buscar a tranquilidade que muitos anseiam em decorrência de condutas do passado.

Dentro desse debate convém fazer um paralelo entre a época que os casos aqui analisados foram veiculados pela grande mídia, pois era um momento na qual o principal meio de informação que as pessoas tinham era televisão, na atualidade é notório o amplo campo de difusão de informações principalmente por meio da internet, ou seja, num ambiente em que a televisão era o principal meio de comunicação demandas relacionadas ao Direito ao Esquecimento já se tornaram objeto de debate ao esquecimento, por sua vez num ambiente na qual a internet domina a veiculação de informações, na qual os dados são difundidos de forma

instantânea e em grande parte das situações de forma irrestrita a reivindicação do Direito ao Esquecimento pode se tornar maior e mais sugestiva.

Destarte nos dias atuais o controle de informações se tornou de certa forma complexo diante dos avanços tecnológicos, aqueles que conseguem manter a vigilância em relação aos seus dados ainda não foram atingidos pela pretensa malha informacional imposta pela internet e isso não se refere apenas a situações em que o indivíduo pretende esconder algo da sociedade, uma vez que até o que vem a público por livre vontade de seu titular não significa dizer que é de interesse público ou pode ser manipulado por outras pessoas, a exemplo disso são as publicações das redes sociais, o que é divulgado nela de forma espontânea por um particular não corresponde dizer que seja um dado público, apesar desse ambiente ser praticamente incontrolável.

Nesse sentido declara-se este trabalho realizado, mas o debate sobre Direito ao Esquecimento não está concluído, acredita-se que a pesquisa na área das ciências humanas nunca se finaliza, ela sempre está propícia a novos debates, uma vez que há possibilidades de novas decisões no ramo do direito, e inclusive a instituição de novos direitos que podem modificar totalmente a forma como uma sociedade se comporta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrão, Renata Lourenço Pereira. *Direito ao Esquecimento - Privacidade, intimidade, vida privada X liberdade de imprensa*, livre acesso a informação. [livro eletrônico] / Renata Lourenço Pereira Abrão. - 1. ed. - Belo Horizonte Editora Expert 2020 ISBN: 978-65-00-09423-7 189 páginas

Bobbio, Norberto. *A era dos direitos*. tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 20 abril. 2024.

BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código civil, Brasília, DF: Presidência da República, 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm)> Acesso em 10 de agosto de 2024.

BRASIL, *Lei nº 12. 965/2014, de 23 de abril de 2014*. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, Brasília, DF: Presidência da República, 23 de abril de 2014. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm)> Acesso em 18 de setembro de 2024.

BRASIL, *Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código penal, Rio de Janeiro, DF, Presidência da República, Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)> Acesso em 04 de Novembro de 2024.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. Recurso extraordinário 1.010.606/RJ. Recurso extraordinário com repercussão geral. Caso Aída Curi. Direito ao esquecimento. Recorrente: Nelson Curi e outro(a/s). Recorrido: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A. Relator Min. Dias Toffoli, 11 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15346473757&ext=.pdf>> acesso em 02 de outubro de 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial Nº 1.335.153 – RJ. Embargantes: Nelson Curi e outros. Embargado: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A. Quarta Turma. Relator: ministro Luís Felipe Salomão, 28 de maio de 2013. disponível em <<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=36170660&tipo=91&nreg>> acesso em 14 de setembro de 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial Nº 1.334-097/RJ. Recurso Especial. Direito civil-constitucional. Liberdade de imprensa vs. direitos da personalidade. Recorrente:



GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A.. Recorrido: Jurandir Gomes de França. Relator Min. Luís Felipe Salomão, 28 de maio de 2013. disponível em <<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATCseq=31006510&tipo=0&nreg=&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=&formato=PDF&salvar=false>>. acesso em 10 de setembro de 2024.

CHAUÍ, Marilena. Convite a Filosofia. São Paulo: Ática, 1995.

CARUTH, Cathy. *Modalidades do despertar traumático (freud, lacan e a ética da memória)*, in SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVISKI, Arthur (Org.) *Catástrofe e Representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000. Cap.4

CHIARA SPADACCINI DE; BARLETTA, Fabiana Rodrigues. *O direito ao esquecimento: uma expressão possível do direito à privacidade*. In: TEPEDINO, Gustavo, TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; ALMEIDA, Vitor (orgs). *O direito civil entre o sujeito e a pessoa: estudos em homenagem ao professor Stefano Rodotà*. Belo Horizonte: Fórum editora, 2016. p. 268

COSTA, André Brandão Nery. *Direito ao esquecimento na internet: a scarlet letter digital*. In: SCHREIBER, Anderson (coord). **Direito e Mídia**. São Paulo: Atlas, 2013, p. 206

Diniz, Maria Helena. ... 1.; Curso de direito civil brasileiro/volume 1; teoria. : fgeral do direito civil / Maria Heléria P m izr ^ ‘ 29. éd.:São Paulo: Saraiva, 2012.

DOTTI, René Ariel. *O direito ao esquecimento e a proteção do habeas data*. In WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Habeas Data*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998

FEITOSA JR., Alessandro Entenda a tecnologia que identifica imagens íntimas e será usada por Facebook e Instagram para combater pornô de vingança, *GI*, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2021/12/05/entenda-a-tecnologia-que-identifica-imagens-intimas-e-sera-usada-por-facebook-e-instagram-para-combater-porno-de-vinganca.ghml>> Acesso em 04 de Novembro de 2024.

Izquierdo, Ivan,- *A arte de esquecer : cérebro e memória* / Iván Izquierdo. - 2.ed. - Rio de Janeiro : Vieira & Lent, 2010. 136p.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. *Direito ao esquecimento e internet: o fundamento legal no direito comunitário europeu, no direito italiano e no direito brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, ago. 2014. v. 946.

OLIVEIRA, M. G. DE. *Direito fundamental ao esquecimento?* Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, v. 22, p. 225–242, 8 out. 2022.

Moraes, Melina Ferracini de. *O direito ao esquecimento na internet no contexto das decisões judiciais no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

NASCIMENTO, Fábio Calheiros do. *Do direito à identidade ao direito ao esquecimento: uma breve comparação entre a posição do Tribunal de Justiça da União Europeia e do Superior Tribunal de Justiça*. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 422, mar. 2016.

POWLES, Julia. *Direito ao esquecimento: entre liberdade de expressão e direitos da personalidade*. [Entrevista concedida a] Francisco Carvalho de Brito Cruz Jacqueline de Souza Abreu. Internetlab. Disponível em <

[https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/01/ENTREVISTA\\_JULIA\\_POWLE\\_S\\_v04.pdf](https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/01/ENTREVISTA_JULIA_POWLE_S_v04.pdf)> acesso em 02 de novembro de 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “*A História como Trauma*”, in SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur (Org.) *Catástrofe e Representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000. Cap.2

SILVA ALVES GUIMARÃES, J. A.; SILVA ALVES GUIMARÃES, A. J. *A liberdade de expressão e o direito ao esquecimento*. REVISTA ELETRÔNICA DA PGE-RJ, v. 4, n. 1, 2021.

VIEIRA, Laísa Fernanda Alves. *O direito à desindexação na sociedade googlizada: autodeterminação informativa como expressão na construção da personalidade*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2020.

VERUNSCHK, Micheliney. *Filha da marquesinha de la sierpe: o caso Aída Curi e a mídia impressa do final dos anos 1950*. Bordas. Revista do Centro de Estudos da Oralidade, n.2, p. 70-84, 2016

Tavares, André Ramos *Curso de direito constitucional*. – 18. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020. 1240 p.

TRIGUEIRO, Fábio Vinícius Maia. *Direito ao esquecimento na sociedade da informação*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2016, 110P.

WAGNER, Bianca Louise, VERONESE, Josiane rose Petry. *sharenting: Imperioso falar sobre direito ao esquecimento*. Caruaru-PE: Asces, 2002.165P.